



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE CONTRATOS**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 26/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E A EMPRESA HARPIA CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, nomeado pelo Decreto de 10 de outubro de 2023 da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **HARPIA CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.272.426/0001-83, sediado(a) na Rua Brigadeiro Antônio de Sampaio, 596, Sala B Cidade Universitária, Recife- PE, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr. Marcos Aurélio da Silva Andriani, Diretor, conforme ato constitutivo da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.015976/2025-59 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 33/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA para execução de REVESTIMENTOS, FORROS, DIVISÓRIAS E VIDROS para atender ao Campus Recife da UFPE, com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e ferramentas, na quantidade e qualidade necessárias à execução dos serviços, tendo em vista a necessidade demandada pelos diversos Centros e órgãos Suplementares com a finalidade de manter e conservar o patrimônio e a infraestrutura da UFPE, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

**1.2.** Objeto da contratação:

Grupo	Item	Especificação do serviço	UNI.	QTD.	Mão de obra	Materiais	BDI	Valor Unitário	Valor Total
-------	------	--------------------------	------	------	-------------	-----------	-----	----------------	-------------

1	1	ASSENTAMENTO DE CERÂMICA - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA TIPO A, 34X34CM, LISA.	M²	6000	11,04	36,54	14,52	62,10	R\$ 372.600,00
1	3	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	1000	1,82	0,81	0,80	3,43	R\$ 3.430,00
1	4	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	5000	10,20	4,51	4,49	19,20	R\$ 96.000,00
1	5	DEMOLIÇÃO DE PISO VINÍLICO (REF ORSE 35)	M²	2500	3,34	1,59	1,50	6,43	R\$ 16.075,00
1	8	EXECUÇÃO DE CONTRAPISO (LASTRO DE CONCRETO)	M²	100	1,35	18,65	6,10	26,10	R\$ 2.610,00
1	9	EXECUÇÃO DE EMBOÇO PAULISTA - TRAÇO 1:2:8 CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA	M²	1000	9,85	24,64	10,52	45,01	R\$ 45.010,00
1	11	RODAPÉ EM GRANITO, ALTURA 10 CM. AF_09/2020	M²	60	8,38	55,37	19,45	83,20	R\$ 4.992,00
1	12	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M²	60	16,03	74,99	27,78	118,80	R\$ 7.128,00
1	13	EXECUÇÃO PISO CIMENTADO - TRAÇO 1:3 CIMENTO E AREIA, LISO E DESEMPENADO.	M²	1600	8,56	36,65	13,79	59,00	R\$ 94.400,00
1	14	EXECUÇÃO PISO GRANILÍTICO - PISO TIPO GRANILITE COM BASE EM ARGAMASSA COMPOSTA, COR CINZA CLARO, ESPESSURA DE 8MM. JUNTAS PLÁSTICAS EM POLIESTIRENO NA COR CINZA CLARO.	M²	1000	9,70	56,19	20,11	86,00	R\$ 86.000,00
3	25	FORRO DE GESSO REMOVÍVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO EM GESSO ACARTONADO, DE 62,5 X 62,5 CM X 12,5MM, APOIADAS EM ESTRUTURA METÁLICA EM PERFS TIPO "T" SUSPENSOS POR PENDURAS RÍGIDOS, SISTEMA TIPO DRY WALL.	M²	1000	13,57	55,68	21,14	90,39	R\$ 90.390,00
3	26	FORRO DE LÂMINAS DE PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM LÂMINAS CONTÍNUAS DE PVC DE 200 MM X 6000 MM, COM ESPESSURA DE 8 MM, NA COR BRANCA, SUSPENSO E PRESO A COBERTA ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA METÁLICA SUPLEMENTAR.	M²	2000	9,74	42,60	15,97	68,31	R\$ 136.620,00
3	27	FORRO MINERAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM PLACAS DE 625X625MM OU DE 625 MM X 1250 MM, COM ESPESSURA DE 15 MM, NA COR BRANCA, LISO SUSPENSO E PRESO A COBERTA ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA METÁLICA SUPLEMENTAR. (REF SINAPI 96115)	M²	1000	12,87	69,96	25,28	108,11	R\$ 108.110,00
3	29	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	1000	3,11	0,00	0,95	4,06	R\$ 4.060,00
3	30	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM	M²	1500	1,49	0,00	0,46	1,95	R\$ 2.925,00

		REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017							
VALOR GLOBAL									R\$ 1.070.350,00

**1.3.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA–VIGÊNCIA**

**2.1.** 2.1. O prazo de vigência da presente contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, improrrogável.

**2.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**3.1.** O valor total da contratação é de **R\$ 1.070.350,00 (Um milhão, setenta mil, trezentos e cinquenta reais)**.

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade:** 15233/153095

**Fonte:** Tesouro/Próprio

**Programa de Trabalho:** 12.364.5113.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco

**Elemento de Despesa:** 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**Plano Interno:** M0026G0125N

**Nota de Empenho:** 2025NE32

**4.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

#### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

**6.1.** As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1.** A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, o que representa um montante de **R\$ 53.517,50 (Cinquenta e três mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos)**, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

7.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

**7.2.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

**7.3.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**7.4.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**7.5.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**7.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**7.7.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**7.8.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**7.9.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**7.10.** Será considerada extinta a garantia:

7.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

**7.11.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**7.12.** A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** A execução do objeto seguirá a dinâmica constante no Anexo II deste Termo de Referência, e ao que segue:

8.1.1. O desenvolvimento dos serviços deverá obedecer ao padrão construtivo da UFPE, atender às normas técnicas da ABNT, utilizar mão-de-obra especializada e atender às Especificações do ANEXO II;

8.1.2. A execução dos serviços será em horário diurno, das 8h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira, obrigatoriamente precedida do recebimento da Ordem de Serviço (OS), conforme modelo do Anexo IV, acompanhado de croqui, sob a orientação e acompanhamento da fiscalização da UFPE, que atestará a prestação dos serviços para fins de pagamento;

8.1.3. Mediante acerto prévio entre a contratada e a Fiscalização, os serviços poderão ser executados em finais de semana e/ou feriados, sem que implique quaisquer acréscimos no preço registrado em ARP.

8.1.4. A Medição dos serviços será feita pela Fiscalização vinculada a cada ordem de serviços, mediante a efetiva execução dos mesmos.

8.1.5. No caso de serviços que manifestamente possam causar incômodos, como ruídos, odores etc. ou transtornos nas dependências, caberá à CONTRATADA dar ciência previamente à Fiscalização para que esta delibere sobre o período mais adequado para a execução e/ou tome as providências necessárias para a minimização dos incômodos ou transtornos.

8.1.6. No assentamento das cerâmicas ou azulejos será preciso manter entre eles juntas com largura suficiente para que haja perfeita infiltração da pasta de rejuntamento argamassa pré-fabricada para juntas e para que o revestimento de azulejo tenha relativo poder de acomodação às movimentações da parede e/ou da própria cola especial.

**8.2.** A execução dos serviços será iniciada após o recebimento de cada Ordem de Serviço, devendo observar o ali descrito.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**9.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**9.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação dos serviços;

**9.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

**9.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**9.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**9.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**9.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

**9.10.** Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

9.10.1 A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.10.2 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, ARP, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

**9.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

**9.12.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

**9.13.** Se julgar necessário, o gestor/fiscal do contrato poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela fiscalização do contrato.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.3.1.** A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

**10.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**10.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores– SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital OU Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS– CRF; e 4 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas– CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**10.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.7.1 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**10.8** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**10.9** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

**10.10** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela UFPE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**10.11** Paralisar, por determinação da UFPE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.12** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**10.13** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**10.14** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



**10.15** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**10.16** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.17** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.18** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**10.19** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.20** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.21** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**10.22** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**10.23** Assegurar à UFPE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII– F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.23.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de 5 cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.23.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**10.24** Manter os empregados nos horários predeterminados pela UFPE;

**10.25** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

**10.26** Apresentar à UFPE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

**10.27** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

**10.28** Atender às solicitações da UFPE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

**10.29** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da UFPE;

**10.30** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**10.31** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

**10.32** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da UFPE;

**10.33** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**10.34** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

**10.35** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

**10.36** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**10.37** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável- PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente- SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente- SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

**10.38** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.38.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

10.38.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

10.38.3 Documento de Origem Florestal– DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

10.38.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

**10.39** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.39.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.39.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.39.2.1 Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

10.39.2.2 Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.39.2.3 Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.39.2.4 Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.39.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

10.39.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas- ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

**10.40** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.40.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.40.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151- Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152- Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.40.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

**10.41** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

**10.42** A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato a relação dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada pela área técnica de segurança do trabalho da Prestadora dos Serviços, devidamente assinada pelo responsável. Essa lista deverá ser apresentada juntamente com a relação das ferramentas e equipamentos.

**10.43** A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução;

**10.44** Caso a UFPE constatare qualquer negligência por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão-de-obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a UFPE.

**10.45** Os custos de ensaios, verificações e testes de equivalência, de recebimento ou quaisquer outros, deverão estar implícitos nos respectivos custos de equipamentos e materiais não cabendo qualquer reivindicação de ressarcimento pela CONTRATADA.

**10.46** Mensalmente deverá ser emitido um Relatório Técnico, referente ao mês dos serviços já prestados. Esse relatório deverá ser assinado e rubricado pelo Engenheiro responsável da CONTRATADA e encaminhado à fiscalização do contrato até o 10º dia do mês subsequente ao mês referente aos serviços prestados.

**10.47** Todos os relatórios e documentos técnicos abordados no presente documento deverão abranger o máximo de itens relacionados abaixo, quando pertinentes, além de outros quaisquer que a CONTRATADA julgar necessário:

10.47.1 Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;

10.47.2 Relação de serviços em andamento com estimativa de prazo de conclusão, e a executar com estimativa de prazo de início;

10.47.3 Acidentes de trabalho porventura ocorridos;

10.47.4 Estudos e levantamentos realizados;

10.47.5 Informações sobre a situação dos equipamentos, indicando deficiências;

10.47.6 Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução da UFPE;

10.47.7 Relação de materiais e equipamentos necessários para conclusão de serviços;

**10.48** Submeter à avaliação da UFPE, obrigatoriamente, acervo técnico de profissional que, por qualquer razão, venha a substituir funcionário do quadro já aprovado para realização dos serviços.

**10.49** Executar os serviços contratados com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela UFPE.

**10.50** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste documento, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

**10.51** Cumprir os prazos estipulados pelo gestor do contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação à UFPE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo fiscal do contrato;

**10.52** Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito do fiscal do contrato. Os casos não abordados serão definidos pela UFPE, visando sempre manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão;

**10.53** Encaminhar ao gestor do contrato, em 05 (cinco) dias corridos a partir do início, autorizado pela UFPE, da execução dos serviços, a relação dos empregados que executarão os serviços, bem como a comprovação da formação exigida neste documento, podendo o fiscal do contrato impugnar aqueles que não preencherem as condições técnicas necessárias;

10.53.1 A relação dos empregados deverá conter: nome completo, número do documento de identidade, foto, função, endereço residencial, telefone para contato. A CONTRATADA deverá manter a referida relação sempre atualizada;

10.53.2 Sempre que houver mudança na equipe, a fiscalização técnica dos serviços deverá ser notificada por escrito, sendo que o aceite do novo profissional ficará a cargo da UFPE, que verificará se todas as exigências curriculares do contrato foram cumpridas;

**10.54** Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, devendo corrigir às suas expensas, os serviços que a UFPE julgar insatisfatórios, sendo a garantia dos serviços de no mínimo 01 (um) ano;

**10.55** Responsabilizar-se totalmente por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços;

**10.56** Comunicar imediatamente a fiscalização técnica dos serviços qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

**10.57** Comunicar a fiscalização técnica dos serviços o uso indevido dos ambientes que compõem as instalações como depósito de materiais estranhos aos equipamentos objeto da contratação;

**10.58** Submeter seus empregados a um programa de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento, principalmente normas da UFPE, os quais ficam sob responsabilidade da CONTRATADA, antes do início das atividades no órgão;

10.58.1 Promover outros cursos de formação, capacitação, treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho aos seus empregados de acordo com a necessidade de cada categoria profissional, preferencialmente fora do expediente normal de trabalho;

**10.59** Cumprir as normas de segurança constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

**10.60** Atender às instruções da UFPE quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências da Instituição;

**10.61** Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Universidade ou a terceiros, ocasionados por seus profissionais por dolo ou culpa, durante a execução dos serviços, arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais;

**10.62** Permitir livre acesso da fiscalização do contrato e toda pessoa autorizada por ela aos locais onde estejam sendo realizados trabalhos referentes à Ata;

**10.63** Interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

10.63.1 Assim estiver previsto e determinado no contrato;

10.63.2 For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;

10.63.3 Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo do fiscal do contrato, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;

10.63.4 A fiscalização técnica dos serviços assim o determinar ou autorizar por escrito;

10.63.5 Os empregados da CONTRATADA não estiverem devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual ou coletiva;

**10.64** Fazer o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para a UFPE;

**10.65** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado;

**10.66** Manter os funcionários, quando em serviço, em totais condições de higiene pessoal e segurança, trajando uniforme, portando crachá de identificação com os dados do empregado e foto recente e com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados;

**10.67** Fiscalizar e orientar todos os empregados sobre o uso correto dos equipamentos, promovendo a substituição de materiais desgastados ou que já não apresentem condições favoráveis de uso;

**10.68** Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;

**10.69** Estar sempre em contato com o fiscal do contrato;

**10.70** Instruir e cuidar para que os empregados da CONTRATADA mantenham a ordem, a disciplina e o respeito junto a todas as pessoas da UFPE;

**10.71** Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;

**10.72** Não permitir que os empregados tratem de assuntos pessoais durante expediente, assim como de assuntos pessoais ou de trabalho com pessoas não relacionadas à área afim;

**10.73** Aplicar as advertências necessárias, e mesmo promover a substituição, dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitarem seus superiores, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra a área de manutenção da CONTRATADA ou da UFPE;

**10.74** Manter o gestor do contrato sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas;

**10.75** Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores, prestadores de serviço ou visitantes da casa, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto ao gestor do contrato;

**10.76** Desenvolver todas as atividades inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações do gestor do contrato, de acordo com as necessidades dos serviços;

**10.77** Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos empregados da CONTRATADA, procurando sempre lhes dar o devido retorno quanto aos pleitos formulados;

**10.78** Comunicar por escrito ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 horas, o desligamento de empregado da CONTRATADA, devendo a substituição ser promovida no mesmo prazo. Os empregados substitutos devem ser orientados sobre as técnicas de execução dos serviços;

**10.79** Exigir que seus empregados cumpram com pontualidade o horário de prestação dos serviços, observando as disposições que forem baixadas pela UFPE sobre o assunto;

**10.80** Disponibilizar mais de um número de telefone em funcionamento 24 horas/dia, sendo ao menos um deles tipo telefone celular habilitado ao preposto da CONTRATADA. Ele ficará responsável por reunir a equipe necessária para execução do serviço emergencial;

**10.81** Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone, a CONTRATADA deverá comunicar o novo número ao gestor do contrato imediatamente;

**10.82** As Atividades da CONTRATADA deverão contemplar, em especial, as práticas sustentáveis indicadas pelos incisos II, III, IV e V do artigo 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;

**10.83** Respeitar os critérios de sustentabilidade previstos no subitem 5.1.3 deste Termo de Referência

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA–SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

12.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA–TERCEIRA – RESCISÃO**

**13.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.2** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**13.3** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.



**13.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

#### **14 CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

**14.1** É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**14.2** É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

#### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

**15.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº05, de 2017.

**15.2** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**15.3** Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

**15.4** Para o objeto ou parte do objeto contratual sujeita ao regime de empreitada por preço unitário, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

**15.5** O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990– Código de Defesa do Consumidor– e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**


**18.1** É eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

**Recife, 14 de maio de 2025.**

ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:41972074415  
2074415


Assinado de forma  
digital por ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:41972074415  
Dados: 2025.05.14  
16:46:51 -03'00'


**CONTRATANTE**

Documento assinado digitalmente  
 MARCO AURELIO DA SILVA ANDRIANI  
Data: 14/05/2025 09:09:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CONTRATADA**

## **TESTEMUNHAS:**

Documento assinado digitalmente  
 AMANDA MARIA VALDEVINO DA SILVA  
Data: 16/05/2025 12:16:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 CARLOS LEANDRO SOARES VIEIRA  
Data: 16/05/2025 12:35:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## **ANEXO I - EDITAL LICITATÓRIO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023  
(Processo Administrativo n.º 23076.059849/2019-20)**

Torna-se público que a Universidade Federal de Pernambuco, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos, sediada à Avenida da Arquitetura, s/n, Campus Universitário Joaquim Amazonas, Cidade Universitária, Recife, PE, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, **do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** 11 de maio de 2023

**Horário:** 09:00 horas (horário de Brasília)

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Critério de Julgamento:** menor preço por grupo

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário

**Pregoeiro(a):** Marcos Aurélio Carvalho Paraíso

(Portaria de Designação nº 923, de 09/03/2023, do Magnífico Reitor)

**Telefones:** (81) 2126.8034 / 8662 / 7032

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação** de empresa especializada na prestação de **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA para execução de REVESTIMENTOS, FORROS, DIVISÓRIAS E VIDROS** para atender ao Campus Recife da UFPE, com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e ferramentas, na quantidade e qualidade necessárias à execução dos serviços, tendo em vista a necessidade demandada pelos diversos Centros e órgãos Suplementares com a finalidade de manter e conservar o patrimônio e a infraestrutura da UFPE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme **Anexo I do Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL do grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço unitário.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1.** As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
  - 4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
  - b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 4.5.1.1 Os itens desta licitação não são exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Assim, para os itens desta licitação, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
  - 4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
  - 4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - 4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;
  - 4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 6.1.1. **Valor unitário do item;**
  - 6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
  - 6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.



- 7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.**
- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (meio por cento) para os itens 1, 2, 11, 13, 15, 16, 17, 25 e 26. Para os demais itens, deverá ser de 1% (um por cento).****
- 7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação aos itens desta licitação, para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.26.1 por empresas brasileiras;

7.26.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **1 (um) dia útil**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

8.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura do certame.

8.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Proposta, **anexo VIII do Termo de Referência**;

8.2.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

8.2.4. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo de proposta, **anexo VIII do Termo de Referência**;

8.2.4.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.2.4.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.2.4.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.2.4.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

8.2.4.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

- 8.2.4.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- 8.2.4.7. será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência.
- 8.5 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.6 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.6.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
  - 8.6.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
  - 8.6.3 não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;
  - 8.6.4 Apresentar, na composição de seus preços:
    - 8.6.4.1 taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
    - 8.6.4.2 custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
    - 8.6.4.3 quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
  - 8.6.5 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.7 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.
- 8.8 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.8.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 8.8.2 apresentar um ou mais valores da planilha de formação de preços que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes
- 8.9 O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.9.1 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  - 8.9.2 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata

desclassificação por inexecuibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

- 8.10 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

- 8.11 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **1 (um) dia útil**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo.

- 8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 8.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

- 8.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

- 8.15 Nos itens desta licitação, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

- 8.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **1 (um) dia útil**, sob pena de inabilitação.

9.3.1. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail **pregoeiros@ufpe.br**, indicando-se como assunto a modalidade e o número da licitação (**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023**), dirigindo a mensagem ao pregoeiro designado para conduzir a abertura do certame, identificado no preâmbulo deste edital.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

## **9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## **9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela



correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica:**

9.11.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.11.1.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

9.11.1.2 Comprovação de capacidade técnico-operacional para executar serviços compatíveis, em prazo, quantidade e características técnicas com o que está sendo licitado. Deverá ser realizada atestando-se a execução, no período de um ano, de 30% do quantitativo dos serviços de maior relevância técnica previstos no Termo de Referência, que correspondem a serviços de: revestimentos (para o grupo 1); divisórias (para o grupo 2); forros (para o grupo 3); e vidros (para o grupo 4), conforme estipulado no **quadro 1 abaixo**.

a) A comprovação deverá ser feita por meio de atestado (s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;



- b) Será admitida a soma de atestados e a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade do período de um ano ser ininterrupto;
- c) Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- d) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;
- e) O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

Quadro 01 - Comprovação de capacidade técnico-operacional

Grupo	Tipo de serviço considerado para o cálculo da comprovação	Quantidade de serviços previsto	Comprovação Capacidade Técnica
1	Execução de Piso VINÍLICO	5.000	1.500
2	Fornecimento e assentamento de divisórias removíveis, do tipo Eucatex ou similar	2.000	600
3	FORRO MINERAL - Fornecimento e instalação em placas	1.000	300
4	Fornecimento e assentamento de vidro temperado	200	60

9.11.1.3 Comprovação de experiência mínima de três anos na execução de serviços de: revestimentos (para o grupo 1); divisórias (para o grupo 2); forros (para o grupo 3); e vidros (para o grupo 4), que consistem na parcela de maior relevância técnica da contratação para cada grupo.

- a) A comprovação deverá ser realizada por meio de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado; b) Será admitida a soma de atestados e a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade do período de três anos ser ininterrupto;
- c) Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- d) O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.11.1.4 Designação assinada pelo representante legal da licitante, indicando Responsável (is) Técnico(s) - devendo ser Engenheiro Civil ou Arquiteto,

registrado(s) no CREA ou CAU, pertencente(s) ao quadro permanente do licitante na data prevista para a abertura do certame. Essa designação deverá ser acompanhada da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico com atestado, devidamente registrada(s) no CREA ou CAU, de acordo com o especificado no **item 9.11.1.2**.

9.11.1.4.1. Entende-se, para os fins exigidos, como pertencente ao quadro permanente:

- i) profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da licitação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
- ii) prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
- iii) empregado;
- iv) sócio;
- v) diretor.

9.11.1.4.2. A comprovação de vinculação do(s) profissional(is) far-se-á por meio dos seguintes documentos:

- i) Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
- ii) Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
- iii) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- iv) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
- v) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

9.11.1.5 Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, conforme modelo a constar como anexo do edital a ser elaborado.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**9.12.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

- 9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18. Nos itens desta licitação, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um grupo, que estiver concorrendo em outro grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do grupo em que venceu às do grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) grupo(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **1 (um) dia útil**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 10.1.2. apresentar a planilha de formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
  - 10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

### 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

15.2.1 Caberá ao fornecedor responder pelas despesas postais, quaisquer que sejam o meio e a modalidade de envio, decorrentes da devolução à UFPE da Ata de Registro de Preços devidamente assinada, caso não a entregue pessoalmente.

**15.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**15.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

### 16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **02 (dois) dias**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3. apresentar documentação falsa;
- 21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6. não mantiver a proposta;
- 21.1.7. cometer fraude fiscal;
- 21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2. **Multa de até 10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
  - 21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



- 21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: **pregoeiros@ufpe.br**, ao pregoeiro designado para conduzir a abertura deste Pregão, indicando-se como assunto a modalidade e o número da licitação (**PREGÃO nº 20/2023**) e o nº do respectivo processo administrativo.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço de e-mail indicado no **subitem 23.2**, deste Edital, obedecendo-se as demais orientações dispostas naquele subitem.
- 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.



- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Também poderá ser acompanhada sua tramitação através do endereço eletrônico da UFPE: <https://www.ufpe.br/progest/licitacoes>, clicando-se no nº do processo SIPAC: 23076.059849/2019-20, na coluna correspondente.
- 24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 24.12.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 24.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
- 24.12.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;
- 24.12.5. ANEXO V – Modelos de declaração de elaboração independente de proposta;
- 24.12.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 24.12.7. ANEXO VII - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte;

24.12.8. ANEXO VIII – Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea “d” do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017)

Recife, 26 de abril de 2023.  
RODRIGO DANNIEL DA SILVA ALEXANDRE  
Coordenador de Licitações  
SIAPE 1731717

## **ANEXO II - PROPOSTA DA EMPRESA**

## PROPOSTA DE PREÇOS

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023

**1) OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA para execução de REVESTIMENTOS, FORROS, DIVISÓRIAS E VIDROS para atender ao Campus Recife da UFPE, com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e ferramentas, na quantidade e qualidade necessárias à execução dos serviços, tendo em vista a necessidade demandada pelos diversos Centros e Órgãos Suplementares com a finalidade de manter e conservar o patrimônio e a infraestrutura da UFPE, por registro de preços, mediante pregão eletrônico, tipo menor preço, por grupo, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de referência e seus anexos.

Grupo	Item	Especificação	Unidade	Quant.	Mão de Obra (R\$) [A]	Materiais (R\$) [B]	BDI (R\$) [C]	Valor Unitário (R\$) [A+B+C]	Valor Total R\$
1	1	ASSENTAMENTO DE CERÂMICA - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA TIPO A, 34X34CM, LISA.	m²	6000	11,04	36,54	14,52	62,10	372.600,00
1	2	ASSENTAMENTO DE AZULEJOS - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE AZULEJOS 15X15CM, LISO (REF ORSE 1912)	m²	4000	16,78	33,54	15,35	65,67	262.680,00
1	3	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	1000	1,82	0,81	0,80	3,43	3.430,00
1	4	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	5000	10,20	4,51	4,49	19,20	96.000,00
1	5	DEMOLIÇÃO DE PISO VINÍLICO (REF ORSE 35)	m²	2500	3,34	1,59	1,50	6,43	16.075,00
1	8	EXECUÇÃO DE CONTRAPISO (LASTRO DE CONCRETO)	m²	100	1,35	18,65	6,10	26,10	2.610,00
1	9	EXECUÇÃO DE EMBOÇO PAULISTA - TRAÇO 1:2:8 CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA	m²	1000	9,85	24,64	10,52	45,01	45.010,00
1	10	EXECUÇÃO DE PISO VINÍLICO - PLACAS DE 30X30CM COM ESPESSURA DE 2MM (REF SINAPI 101727)	m²	5000	6,43	93,56	30,51	130,50	652.500,00
1	11	RODAPÉ EM GRANITO, ALTURA 10 CM. AF_09/2020	M	60	8,38	55,37	19,45	83,20	4.992,00
1	12	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	60	16,03	74,99	27,78	118,80	7.128,00
1	13	EXECUÇÃO PISO CIMENTADO - TRAÇO 1:3 CIMENTO E AREIA, LISO E DESEMPENADO.	m²	1600	8,56	36,65	13,79	59,00	94.400,00
1	14	EXECUÇÃO PISO GRANILÍTICO - PISO TIPO GRANILITE COM BASE EM ARGAMASSA COMPOSTA, COR CINZA CLARO, ESPESSURA DE 8MM. JUNTAS PLÁSTICAS EM	m²	1000	9,70	56,19	20,11	86,00	86.000,00

	POLIESTIRENO NA COR CINZA CLARO.								
--	----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

**2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ 1.643.425,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).**

**3) VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

**4) DECLARAMOS,** para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

**5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME: Marcos Aurélio da Silva Andriani NACIONALIDADE: Brasileiro

ESTADO CIVIL: Casado

FUNÇÃO: Diretor

CPF: 601.456.256-72

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR : 020.527.568-8 SESP-RJ

**6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº: 104

NOME DO BANCO: CAIXA AGÊNCIA Nº: 3018

NOME DA AGÊNCIA: ARRECIFES, BOA VIAGEM

CONTA CORRENTE Nº: 2415-6

**7) DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL: HARPIA CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 12.272.426/0001-83

ENDEREÇO: RUA BRIGADEIRO ANTONIO DE SAMPAIO, 596, Sala B, CIDADE UNIVERSITÁRIA - PE

E-MAIL: harpia85@hotmail.com TELEFONE: 3031-6294

Recife, 20 de novembro de 2023.



---

Marco Aurélio da Silva Andriani  
Diretor RG: 020.527.568-8 SESP-RJ  
CPF: 601.456.256-72



---

Carlos Aurélio Dias Pereira  
Engº Civil CREA PE007499

## **ANEXO VIII**

### **PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023

**1) OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA para execução de REVESTIMENTOS, FORROS, DIVISÓRIAS E VIDROS para atender ao Campus Recife da UFPE, com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e ferramentas, na quantidade e qualidade necessárias à execução dos serviços, tendo em vista a necessidade demandada pelos diversos Centros e Órgãos Suplementares com a finalidade de manter e conservar o patrimônio e a infraestrutura da UFPE, por registro de preços, mediante pregão eletrônico, tipo menor preço, por grupo, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de referência e seus anexos.

Grupo	Item	Especificação	Unidade	Quant.	Mão de Obra (R\$) [A]	Materiais (R\$) [B]	BDI (R\$) [C]	Valor Unitário (R\$) [A+B+C]	Valor Total R\$
3	24	FORRO DE GESSO LISO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE GESSO LISO COM PLACAS EM GESSO DE 60 X 60 CM, COM ENCAIXE "MACHO E FÊMEA", FIXADAS ATRAVÉS DE ARAME GALVANIZADO.	m²	2000	13,91	13,40	8,33	35,64	71.280,00
3	25	FORRO DE GESSO REMOVÍVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO EM GESSO ACARTONADO, DE 62,5 X 62,5 CM X 12,5MM, APOIADAS EM ESTRUTURA METÁLICA EM PERFIS TIPO "T" SUSPENSOS POR PENDURAIIS RÍGIDOS, SISTEMA TIPO DRY WALL.	m²	1000	13,57	55,68	21,14	90,39	90.390,00
3	26	FORRO DE LÂMINAS DE PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM LÂMINAS CONTÍNUAS DE PVC DE 200 MM X 6000 MM, COM ESPESSURA DE 8 MM, NA COR BRANCA, SUSPENSO E PRESO A COBERTA ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA METÁLICA SUPLEMENTAR.	m²	2000	9,74	42,60	15,97	68,31	136.620,00
3	27	FORRO MINERAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM PLACAS DE 625X625MM OU DE 625 MM X 1250 MM, COM ESPESSURA DE 15 MM, NA COR BRANCA, LISO SUSPENSO E PRESO A COBERTA ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA METÁLICA SUPLEMENTAR. (REF SINAPI 96115)	M²	1000	12,87	69,96	25,28	108,11	108.110,00
3	29	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	1000	3,11	0,00	0,95	4,06	4.060,00



3	30	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	1500	1,49	0,00	0,46	1,95	2.925,00
---	----	---	----	------	------	------	------	------	----------

**2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ 413.385,00 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e cinco reais).**

**3) VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

**4) DECLARAMOS,** para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

**5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME: Marcos Aurélio da Silva Andriani NACIONALIDADE: Brasileiro

ESTADO CIVIL: Casado

FUNÇÃO: Diretor

CPF: 601.456.256-72

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR : 020.527.568-8 SESP-RJ

**6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº: 104

NOME DO BANCO: CAIXA AGÊNCIA Nº: 3018

NOME DA AGÊNCIA: ARRECIFES, BOA VIAGEM

CONTA CORRENTE Nº: 2415-6

**7) DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL: HARPIA CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 12.272.426/0001-83

ENDEREÇO: RUA BRIGADEIRO ANTONIO DE SAMPAIO, 596, Sala B, CIDADE UNIVERSITÁRIA - PE

E-MAIL: harpia85@hotmail.com TELEFONE: 3031-6294

Recife, 20 de novembro de 2023.



Marco Aurélio da Silva Andriani  
Diretor RG: 020.527.568-8 SESP-RJ  
CPF: 601.456.256-72



Carlos Aurélio Dias Pereira  
Engº Civil CREA PE007499

## **ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**





UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

TERMO DE REFERÊNCIA  
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA  
PREGÃO Nº ...../20...  
(Processo Administrativo nº 23076.059849/2019-20)

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA para execução de REVESTIMENTOS, FORROS, DIVISÓRIAS E VIDROS para atender ao Campus Recife da UFPE, com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e ferramentas, na quantidade e qualidade necessárias à execução dos serviços, tendo em vista a necessidade demandada pelos diversos Centros e Órgãos Suplementares com a finalidade de manter e conservar o patrimônio e a infraestrutura da UFPE, por registro de preços, mediante pregão eletrônico, tipo menor preço, por grupo, e por item, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, e detalhadas em seus anexos e na tabela abaixo:

Grupo	Item	CATSER	Especificação do serviço	Unidade	Quantidade
1	1	5312	ASSENTAMENTO DE CERÂMICA - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA TIPO A, 34X34CM, LISA.	M² (metro quadrado)	6000
	2	5312	ASSENTAMENTO DE AZULEJOS - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE AZULEJOS 15X15CM, LISO (REF ORSE 1912)	M² (metro quadrado)	4000
	3	5312	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M² (metro quadrado)	1000
	4	5312	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M² (metro quadrado)	5000
	5	5312	DEMOLIÇÃO DE PISO VINÍLICO (REF ORSE 35)	M² (metro quadrado)	2500

	8	5312	EXECUÇÃO DE CONTRAPISO (LASTRO DE CONCRETO)	M² (metro quadrado)	100
	9	5312	EXECUÇÃO DE EMBOÇO PAULISTA - TRAÇO 1:2:8 CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA	M² (metro quadrado)	1000
	10	5312	EXECUÇÃO DE PISO VINÍLICO - PLACAS DE 30X30CM COM ESPESSURA DE 2MM (REF SINAPI 101727)	M² (metro quadrado)	5000
	11	1635	RODAPÉ EM GRANITO, ALTURA 10 CM. AF_09/2020	Unidade	60
	12	5312	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	Unidade	60
	13	5312	EXECUÇÃO PISO CIMENTADO - TRAÇO 1:3 CIMENTO E AREIA, LISO E DESEMPENADO.	M² (metro quadrado)	1600
	14	5312	EXECUÇÃO PISO GRANILÍTICO - PISO TIPO GRANILITE COM BASE EM ARGAMASSA COMPOSTA, COR CINZA CLARO, ESPESSURA DE 8MM. JUNTAS PLÁSTICAS EM POLIESTIRENO NA COR CINZA CLARO.	M² (metro quadrado)	1000
2	6	15814	DESMONTAGEM DE DIVISÓRIA (REF ORSE 11390)	M² (metro quadrado)	1500
	7	15814	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL.	M² (metro quadrado)	378
	15	15814	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS, DO TIPO EUCATEX OU SIMILAR, COM MONTANTES EM AÇO - PAINEL / PAINEL.	M² (metro quadrado)	2000
	16	15814	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS, DO TIPO EUCATEX OU SIMILAR, COM MONTANTES EM AÇO - PAINEL / VIDRO / PAINEL.	M² (metro quadrado)	1000
	17	15814	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PORTAS EM DIVISÓRIA, DO TIPO EUCATEX OU SIMILAR MEDINDO 0.90M X 2.10M, COM PERFIL E GRADE EM AÇO POR TODO O PERÍMETRO INCLUSIVE FECHADURAS, DOBRADIÇAS, COM VISOR EM VIDRO LISO TRANSPARENTE (0,60 X 0,80M) E DEMAIS COMPONENTES QUE PERMITAM O PERFEITO FUNCIONAMENTO DESTES ELEMENTOS.	Unidade	200
3	24	12700	FORRO DE GESSO LISO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE GESSO LISO COM PLACAS EM GESSO DE 60 X 60 CM, COM ENCAIXE "MACHO E FÊMEA", FIXADAS ATRAVÉS DE ARAME GALVANIZADO.	M² (metro quadrado)	2000

	25	12700	FORRO DE GESSO REMOVÍVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO EM GESSO ACARTONADO, DE 62,5 X 62,5 CM X 12,5MM, APOIADAS EM ESTRUTURA METÁLICA EM PERFIS TIPO "T" SUSPENSOS POR PENDURAS RÍGIDOS, SISTEMA TIPO DRY WALL.	M² (metro quadrado)	1000
	26	21997	FORRO DE LÂMINAS DE PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM LÂMINAS CONTÍNUAS DE PVC DE 200 MM X 6000 MM, COM ESPESSURA DE 8 MM, NA COR BRANCA, SUSPENSO E PRESO A COBERTA ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA METÁLICA SUPLEMENTAR.	M² (metro quadrado)	2000
	27	18180	FORRO MINERAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM PLACAS DE 625X625MM OU DE 625 MM X 1250 MM, COM ESPESSURA DE 15 MM, NA COR BRANCA, LISO SUSPENSO E PRESO A COBERTA ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA METÁLICA SUPLEMENTAR. (REF SINAPI 96115)	M² (metro quadrado)	1000
	29	18180	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M² (metro quadrado)	1000
	30	12700	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M² (metro quadrado)	1500
4	18	5789	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE VIDRO TEMPERADO DE 8MM INCOLOR, ACABAMENTO DE BORDA SIMPLES SEM FERRAGENS, APLICADO EM MOLDURAS PRÉ-EXISTENTE - 1 M²	Unidade	200
	19	5789	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DOBRADIÇA INFERIOR PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO (REF CPOS/CDHU 28.20.220)	Unidade	25
	20	5789	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DOBRADIÇA SUPERIOR PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO (REF CPOS/CDHU 28.20.230)	Unidade	25
	21	5789	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE CENTRO PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO (REF CPOS/CDHU 28.20.600)	Unidade	50
	22	5789	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOLA HIDRÁULICA DE PISO PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO	Unidade	100

	23	5789	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PUXADOR CROMADO TIPO H PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO (REF ORSE 9733)	Unidade	50
	28	1635	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA	M³ (metro cúbico)	200

- 1.2. Os valores Máximos Aceitáveis encontram-se descritos no Anexo I.
- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, em virtude das características do objeto, que pode ser mensurado por unidades de medida definidas.
- 1.6. A Ata de Registro de Preços terá a vigência pelo período de 12 meses, não podendo ser prorrogada.
  - 1.6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços será admitida adesão por órgão não participante, nos termos do modelo de ARP anexo ao Edital.
- 1.7. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, surgindo necessidade de execução de serviços cujos preços estão registrados na Ata, serão emitidas Notas de Empenho (NE) à CONTRATADA.
- 1.8. Durante a validade da Ata, a Administração poderá formalizar um contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços, com base no art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.
  - 1.8.1. O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, a contar da sua assinatura pelas partes, não podendo ser prorrogado.
- 1.9. Os serviços serão realizados a partir da assinatura das Atas nos prazos nelas estipulados.
- 1.10. As unidades de medida dos itens 11 e 12 correspondem à Unidade = 1m linear.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo VI deste Termo de Referência.
- 2.2. Por tratar-se de serviços de rotina, com necessidade de contratações frequentes para atender demandas de quantitativos variáveis, mediante remuneração por unidade de medida (m², m ou unidade), que não são atendidos pelos contratos existentes de manutenção predial, optou-se pelo registro de preços, nos termos do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, mediante licitação na modalidade de pregão eletrônico, que se regerá pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93, atualizadas, pelo Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, e pela IN SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 2.3. A contratação será dividida em grupos, compostos por itens de características semelhantes, devido à padronização necessária dos serviços, que poderia estar prejudicada caso realizada

por fornecedores diversos. Além disso, em cada grupo há serviços complementares, que poderiam ter sua execução dificultada na hipótese de serem realizados por empresas distintas. O item 28 está fora de grupo, pois dará suporte a todos os serviços, com a remoção de entulhos decorrentes da execução dos serviços definidos nos demais itens.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo VI deste Termo de Referência.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, não continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, Anexo VI deste TR, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. A empresa contratada deve executar os serviços de acordo com as normas de engenharia.
- 5.1.2. A Contratada deverá providenciar que a execução seja orientada por profissional habilitado, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo a critérios de segurança recomendados por normas vigentes.
- 5.1.3. A Ata de Registro de Preços terá a vigência pelo período de 12 meses, não podendo ser prorrogada.
- 5.1.4. A contratação se trata de um serviço não continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, afinal tem caráter temporário, visando atender uma necessidade específica da UFPE;
- 5.1.5. Não há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento ou tecnologia, em virtude da natureza comum do objeto.
- 5.1.6. A contratada deve obedecer ao que tange a NR-18, bem como a identificação dos seus profissionais por meio de uniforme e crachá. Fornecer, ainda, treinamento para os seus funcionários e apresentar certificado, além do plano de trabalho, PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), em acordo com as NRs 01, 07 e 09.
- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, como requisito para celebração da ARP/contrato.

- 5.3. Ainda como pré-requisito para a contratação, a contratada deve apresentar qualificação econômico-financeira que a habilite demonstrando que é capaz de executar o serviço desde o início até o seu término, evitando, assim implicações como sanções ou penalidades aplicadas pela administração pública.
- 5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas nos itens 11 e 12 deste TR.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

### 6.1. Como critérios de sustentabilidade ambiental e social temos que:

6.1.1. Os materiais demolidos ou da remoção dos forros serão considerados entulhos e, posteriormente, deverão ser removidos para local adequado fora da unidade, sob responsabilidade da Contratada, sendo que a descarga e o “bota fora”, em local oficial e licenciado de acordo com as normas em vigor dos órgãos ambientais competentes, deverá ser realizado através de caçamba.

6.1.2. A demolição de revestimento com cerâmica ou azulejo deverá ser executada com ferramentas e equipamentos adequados a cada tipo de serviço, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes.

6.1.3. Os bens/materiais, quando aplicáveis devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

6.1.4. As peças e itens aplicados durante toda a execução dos serviços devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

6.1.5. A futura prestadora dos serviços deverá realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao decreto nº 5.940/2006.

6.1.6. Onde couber, devem ser observados os requisitos ambientais com a utilização de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Para isso deve-se apresentar a composição dos produtos a serem utilizados em comparação com seus similares, destacando-se as qualidades que lhes conferem ser sustentáveis ou que acarretem menor impacto ambiental.

6.1.7. A futura prestadora dos serviços deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

## 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 às 12h e das 14h às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, com antecedência de no mínimo 48 horas com servidores lotados na Divisão de Manutenção Civil da Diretoria de Manutenção e Conservação da SINFRA, no telefone (81) 2126-3023.

- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica constante no Anexo II deste Termo de Referência, e ao que segue:
- 8.1.1. O desenvolvimento dos serviços deverá obedecer ao padrão construtivo da UFPE, atender às normas técnicas da ABNT, utilizar mão-de-obra especializada e atender às Especificações do ANEXO II;
- 8.1.2. A execução dos serviços será em horário diurno, das 8h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, obrigatoriamente precedida do recebimento da Ordem de Serviço (OS), conforme modelo do Anexo IV, acompanhado de croqui, sob a orientação e acompanhamento da fiscalização da UFPE, que atestará a prestação dos serviços para fins de pagamento;
- 8.1.3. Mediante acerto prévio entre a contratada e a Fiscalização, os serviços poderão ser executados em finais de semana e/ou feriados, sem que implique quaisquer acréscimos no preço registrado em ARP.
- 8.1.4. A Medição dos serviços será feita pela Fiscalização vinculada a cada ordem de serviços, mediante a efetiva execução dos mesmos.
- 8.1.5. No caso de serviços que manifestamente possam causar incômodos, como ruídos, odores etc. Ou transtornos nas dependências, caberá à CONTRATADA dar ciência previamente à Fiscalização para que esta delibere sobre o período mais adequado para a execução e/ou tome as providências necessárias para a minimização dos incômodos ou transtornos.
- 8.1.6. No assentamento das cerâmicas ou azulejos será preciso manter entre eles juntas com largura suficiente para que haja perfeita infiltração da pasta de rejuntamento argamassa pré-fabricada para juntas e para que o revestimento de azulejo tenha relativo poder de acomodação às movimentações da parede e/ou da própria cola especial.
- 8.2. A execução dos serviços será iniciada do recebimento de cada Ordem de Serviço, devendo observar o ali descrito

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Prestadora dos Serviços deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1.1 e anexo II deste TR, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da fiscalização técnica da ARP.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1.1. A demanda do órgão tem como base as características descritas neste TR e seus Anexos.

## 11. OBRIGAÇÕES DA UFPE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação dos serviços;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:



- 11.10.1. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 11.10.2. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, ARP, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 11.13. Se julgar necessário, o gestor/fiscal do contrato poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela fiscalização do contrato.

## 12. OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA DOS SERVIÇOS

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital OU Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela UFPE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.11. Paralisar, por determinação da UFPE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto

da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.23. Assegurar à UFPE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
  - 12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
  - 12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela UFPE;
- 12.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.26. Apresentar à UFPE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.28. Atender às solicitações da UFPE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da UFPE;
- 12.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 12.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da UFPE;
- 12.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 12.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

- 12.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 12.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 12.38.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 12.38.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 12.38.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 12.38.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 12.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 12.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 12.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 12.39.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

- 12.39.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 12.39.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 12.39.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 12.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 12.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 12.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
  - 12.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
  - 12.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
  - 12.40.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 12.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 12.42. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato a relação dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada pela área técnica de segurança do trabalho da Prestadora dos Serviços, devidamente assinada pelo responsável. Essa lista deverá ser apresentada juntamente com a relação das ferramentas e equipamentos.
- 12.43. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução;

- 12.44. Caso a UFPE constate qualquer negligência por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão-de-obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a UFPE.
- 12.45. Os custos de ensaios, verificações e testes de equivalência, de recebimento ou quaisquer outros, deverão estar implícitos nos respectivos custos de equipamentos e materiais não cabendo qualquer reivindicação de ressarcimento pela CONTRATADA.
- 12.46. Mensalmente deverá ser emitido um Relatório Técnico, referente ao mês dos serviços já prestados. Esse relatório deverá ser assinado e rubricado pelo Engenheiro responsável da CONTRATADA e encaminhado à fiscalização do contrato até o 10º dia do mês subsequente ao mês referente aos serviços prestados.
- 12.47. Todos os relatórios e documentos técnicos abordados no presente documento deverão abranger o máximo de itens relacionados abaixo, quando pertinentes, além de outros quaisquer que a CONTRATADA julgar necessário:
- 12.47.1. Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;
  - 12.47.2. Relação de serviços em andamento com estimativa de prazo de conclusão, e a executar com estimativa de prazo de início;
  - 12.47.3. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;
  - 12.47.4. Estudos e levantamentos realizados;
  - 12.47.5. Informações sobre a situação dos equipamentos, indicando deficiências;
  - 12.47.6. Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução da UFPE;
  - 12.47.7. Relação de materiais e equipamentos necessários para conclusão de serviços;
- 12.48. Submeter à avaliação da UFPE, obrigatoriamente, acervo técnico de profissional que, por qualquer razão, venha a substituir funcionário do quadro já aprovado para realização dos serviços.
- 12.49. Executar os serviços contratados com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela UFPE.
- 12.50. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste documento, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- 12.51. Cumprir os prazos estipulados pelo gestor do contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação à UFPE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo fiscal do contrato;
- 12.52. Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito do fiscal do contrato. Os casos não abordados serão definidos pela UFPE, visando sempre manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão;
- 12.53. Encaminhar ao gestor do contrato, em 05 (cinco) dias corridos a partir do início, autorizado pela UFPE, da execução dos serviços, a relação dos empregados que executarão os serviços, bem como a comprovação da formação exigida neste documento, podendo o fiscal do contrato impugnar aqueles que não preencherem as condições técnicas necessárias;
- 12.53.1. A relação dos empregados deverá conter: nome completo, número do documento de identidade, foto, função, endereço residencial, telefone para contato. A CONTRATADA deverá manter a referida relação sempre atualizada;

- 12.53.2. Sempre que houver mudança na equipe, a fiscalização técnica dos serviços deverá ser notificada por escrito, sendo que o aceite do novo profissional ficará a cargo da UFPE, que verificará se todas as exigências curriculares do contrato foram cumpridas;
- 12.54. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, devendo corrigir às suas expensas, os serviços que a UFPE julgar insatisfatórios, sendo a garantia dos serviços de no mínimo 01 (um) ano;
- 12.55. Responsabilizar-se totalmente por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços;
- 12.56. Comunicar imediatamente a fiscalização técnica dos serviços qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;
- 12.57. Comunicar a fiscalização técnica dos serviços o uso indevido dos ambientes que compõem as instalações como depósito de materiais estranhos aos equipamentos objeto da contratação;
- 12.58. Submeter seus empregados a um programa de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento, principalmente normas da UFPE, os quais ficam sob responsabilidade da CONTRATADA, antes do início das atividades no órgão;
- 12.58.1. Promover outros cursos de formação, capacitação, treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho aos seus empregados de acordo com a necessidade de cada categoria profissional, preferencialmente fora do expediente normal de trabalho;
- 12.59. Cumprir as normas de segurança constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 12.60. Atender às instruções da UFPE quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências da Instituição;
- 12.61. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Universidade ou a terceiros, ocasionados por seus profissionais por dolo ou culpa, durante a execução dos serviços, arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais;
- 12.62. Permitir livre acesso da fiscalização do contrato e toda pessoa autorizada por ela aos locais onde estejam sendo realizados trabalhos referentes à Ata;
- 12.63. Interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:
- 12.63.1. Assim estiver previsto e determinado no contrato;
- 12.63.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;
- 12.63.3. Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo do fiscal do contrato, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;
- 12.63.4. A fiscalização técnica dos serviços assim o determinar ou autorizar por escrito;
- 12.63.5. Os empregados da CONTRATADA não estiverem devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual ou coletiva;
- 12.64. Fazer o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para a UFPE;

- 12.65. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado;
- 12.66. Manter os funcionários, quando em serviço, em totais condições de higiene pessoal e segurança, trajando uniforme, portando crachá de identificação com os dados do empregado e foto recente e com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados;
- 12.67. Fiscalizar e orientar todos os empregados sobre o uso correto dos equipamentos, promovendo a substituição de materiais desgastados ou que já não apresentem condições favoráveis de uso;
- 12.68. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;
- 12.69. Estar sempre em contato com o fiscal do contrato;
- 12.70. Instruir e cuidar para que os empregados da CONTRATADA mantenham a ordem, a disciplina e o respeito junto a todas as pessoas da UFPE;
- 12.71. Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;
- 12.72. Não permitir que os empregados tratem de assuntos pessoais durante expediente, assim como de assuntos pessoais ou de trabalho com pessoas não relacionadas à área afim;
- 12.73. Aplicar as advertências necessárias, e mesmo promover a substituição, dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitarem seus superiores, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra a área de manutenção da CONTRATADA ou da UFPE;
- 12.74. Manter o gestor do contrato sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas;
- 12.75. Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores, prestadores de serviço ou visitantes da casa, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto ao gestor do contrato;
- 12.76. Desenvolver todas as atividades inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações do gestor do contrato, de acordo com as necessidades dos serviços;
- 12.77. Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos empregados da CONTRATADA, procurando sempre lhes dar o devido retorno quanto aos pleitos formulados;
- 12.78. Comunicar por escrito ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 horas, o desligamento de empregado da CONTRATADA, devendo a substituição ser promovida no mesmo prazo. Os empregados substitutos devem ser orientados sobre as técnicas de execução dos serviços;
- 12.79. Exigir que seus empregados cumpram com pontualidade o horário de prestação dos serviços, observando as disposições que forem baixadas pela UFPE sobre o assunto;
- 12.80. Disponibilizar mais de um número de telefone em funcionamento 24 horas/dia, sendo ao menos um deles tipo telefone celular habilitado ao preposto da CONTRATADA. Ele ficará responsável por reunir a equipe necessária para execução do serviço emergencial;
- 12.81. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone, a CONTRATADA deverá comunicar o novo número ao gestor do contrato imediatamente;
- 12.82. As atividades da CONTRATADA deverão contemplar, em especial, as práticas sustentáveis indicadas pelos incisos II, III, IV e V do artigo 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;
- 12.83. Respeitar os critérios de sustentabilidade previstos no subitem 5.1.3 deste Termo de Referência



### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da ARP / Contrato.

### 15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.6.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13. O serviço terá o acompanhamento e fiscalização de sua execução, através da servidora: Nathália Lins Gonzaga, SIAPE 3318167, email [nathalia.lgonzaga@ufpe.br](mailto:nathalia.lgonzaga@ufpe.br) e/ou [gmc.sinfra@ufpe.br](mailto:gmc.sinfra@ufpe.br), telefone 2126-3023, lotada na Superintendência de Infraestrutura Diretoria de Manutenção e Conservação Divisão de Manutenção Civil. E em substituição pelo servidor Eduardo Bernardino dos Santos SIAPE 1265826, e-mail [eduardo.bernardino@ufpe.br](mailto:eduardo.bernardino@ufpe.br) e/ou [gmc.sinfra@ufpe.br](mailto:gmc.sinfra@ufpe.br), telefone 2126-3023, lotado na Superintendência de Infraestrutura Diretoria de Manutenção e Conservação Coordenação de Infraestrutura.
- 15.14. O representante da UFPE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e da ARP/Contrato.
- 15.15. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.16. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.20. MODELO DE GERENCIAMENTO DA ARP / GESTÃO DO CONTRATO:

15.20.1. A Gestão do contrato e gerenciamento da ARP ficará a cargo do servidor Leonardo Luizines de França Cavalcanti SIAPE 2790429, e-mail leonardo.caval@ufpe.br ou gmc.sinfra@ufpe.br, telefone 2126-3023, lotado na Assessoria da Superintendência de Infraestrutura. O qual será substituído pela servidora Larissa Angélica Bezerra Alexandre SIAPE 3250802, e-mail larissa.angelica@ufpe.br e/ou gmc.sinfra@ufpe.br, telefone 2126-3023, lotada na Superintendência de Infraestrutura Diretoria de Manutenção e Conservação Divisão de Manutenção Civil.

15.20.2. Caberá ao Gestor/Gerenciador:

- a. Exercer o acompanhamento da ata de registro de preços;
- b. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados
- c. Instruir os processos que venham ensejar penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- d. Informar aos órgãos Participantes a disponibilidade da ARP para a contratação com os fornecedores registrados, a qual será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.
- e. Solicitar à contratada a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- f. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao contrato, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- g. Exigir da Contratada a correção das falhas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho mostrem-se insatisfatórios;
- h. Recomendar a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações contratuais;
- i. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do contrato;
- j. Solicitar, se julgar necessário, assessoramento técnico, contábil e jurídico no intuito de garantir o cumprimento do objeto contratado;
- k. Liberação da fatura (nota fiscal) para pagamento após o ateste da fiscalização e de conferência contábil;
- l. A gestão será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais;
- m. solicitar à Prestadora dos Serviços, ou obter dela tempestivamente, todas as providências necessárias à regular execução do contrato;
- n. Caberá a cada CONTRATANTE aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo III, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 16.2.1. Prazo para atendimento inicial da Ordem de Serviço;
  - 16.2.2. Limpeza do local no final do atendimento da Ordem de Serviço;
  - 16.2.3. Utilização de material impróprio ou inadequado;
  - 16.2.4. Tempo para solução da Ordem de Serviço;
  - 16.2.5. Falta ou não utilização de EPI ou EPC adequado;
- 16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.3.1. Não produziu os resultados acordados;
  - 16.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 16.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- 17.1.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais;
- 17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
    - 17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá

resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da ARP / Contrato.

17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

17.2.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gerenciador da ARP / Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

17.4. Para o Recebimento Definitivo, deverá o prestador dos serviços:

17.4.1. Entregar o relatório final contendo no mínimo:

17.4.1.1. Os procedimentos realizados na execução dos serviços;

17.4.1.2. A especificação do produto aplicado (indicando marca e modelo);

17.4.1.3. A Descrição dos insumos/matérias de consumo utilizados (Ex. tipo de cola, de adesivo, impermeabilizante);

17.4.1.4. Indicação de procedimentos para manutenção e conservação do material fornecido

17.4.1.5. Indicação do material para manutenção e conservação dos itens (Ex.: Tipo de cera, detergente, enxaguante etc);

17.4.2. Entregar o Termo/Certificado de Garantia

17.4.3. Remover e descartar de forma ambientalmente adequada TODOS os resíduos gerados por estes serviços, inclusive enviando para a Coleta Seletiva os materiais com possibilidade de aproveitamento econômico, após consulta a Diretoria de Gestão Ambiental da SINFRA/UFPE.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.3.1. não produziu os resultados acordados;

18.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.4. O pagamento será efetuado pela UFPE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.6.1. O prazo de validade;

- 18.6.2. A data da emissão;
  - 18.6.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 18.6.4. O período de prestação dos serviços;
  - 18.6.5. O valor a pagar; e
  - 18.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
  - 18.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  - 18.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
  - 18.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
  - 18.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
  - 18.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
  - 18.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
  - 18.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
    - 18.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
  - 18.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
  - 18.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
  - 18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua

apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

- 18.18. Fica a liberação do pagamento da primeira fatura, condicionada à efetiva entrega da ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), devidamente registradas junto ao CREA/PE ou CAU/PE, quitada, relativas ao objeto da licitação.

## 19. REAJUSTE

- 19.1. Na hipótese da ARP gerar um contrato, os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

- 19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Em havendo a conversão da ARP em Contrato, a Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.1. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) Falhar na execução dos serviços registrados em ata de registro de preços, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) Fraudar na execução do contrato;
  - d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
  - e) Cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste termo de referência, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - ii) Multa de:
    - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 21.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
  - 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.
  - 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
  - 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
  - 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
    - 22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

22.3.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional para executar serviços compatíveis, em prazo, quantidade e características técnicas com o que está sendo licitado. Deverá ser realizada atestando-se a execução, no período de um ano, de 30% do quantitativo dos serviços de maior relevância técnica previstos neste ETP, que correspondem a serviços de: revestimentos (para o Grupo 1); divisórias (para o Grupo 2); forros (para o Grupo 3); e vidros (para o Grupo 4) conforme estipulado no Quadro 01.

- a) A comprovação deverá ser feita por meio de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) Será admitida a soma de atestados e a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade do período de um ano ser ininterrupto;
- c) Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- d) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;
- e) O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

Quadro 01 - Comprovação de capacidade técnico-operacional

Grupo	Tipo de serviço considerado para o cálculo da comprovação	Quantidade de serviços previsto	Comprovação Capacidade Técnica
1	Execução de Piso VINÍLICO	5.000	1.500
2	Fornecimento e assentamento de divisórias removíveis, do tipo Eucatex ou similar	2.000	600
3	FORRO MINERAL - Fornecimento e instalação em placas	1.000	300
4	Fornecimento e assentamento de vidro temperado	200	60

22.3.3. Comprovação de experiência mínima de três anos na execução de serviços de: revestimentos (para o Grupo 1); divisórias (para o Grupo 2); forros (para o Grupo 3); e vidros (para o grupo 4), que consistem na parcela de maior relevância técnica da contratação para cada Grupo.

- a) A comprovação deverá ser realizada por meio de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) Será admitida a soma de atestados e a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade do período de três anos ser ininterrupto;
- c) Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

d) O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

22.3.4. Designação assinada pelo representante legal da licitante, indicando Responsável (is) Técnico(s) - devendo ser Engenheiro Civil ou Arquiteto, registrado(s) no CREA ou CAU, pertencente(s) ao quadro permanente do licitante na data prevista para a abertura do certame. Essa designação deverá ser acompanhada da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico com atestado, devidamente registrada(s) no CREA ou CAU, de acordo com o especificado no item 22.3.2.

6.8.3.1. Entende-se, para os fins exigidos, como pertencente ao quadro permanente:

- i) profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da licitação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
- ii) prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
- iii) empregado;
- iv) sócio;
- v) diretor.

6.8.3.2. A comprovação de vinculação do(s) profissional(is) far-se-á por meio dos seguintes documentos:

- i) Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
- ii) Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
- iii) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- iv) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
- v) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

6.8.4. Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, conforme modelo a constar como anexo do edital a ser elaborado.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

2.1.1.1. Valor Global: R\$3.498.695,28 (três milhões quatrocentos e noventa e oito mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos).

2.1.1.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao ETP e edital.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por grupo.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22.7. A análise técnica das propostas será feita por servidor lotado na Divisão de Manutenção Civil da Diretoria de Manutenção e Conservação (DMC) da Superintendência de Infraestrutura (SINFRA), que poderá ser contatado no e-mail: [gmc.sinfra@ufpe.br](mailto:gmc.sinfra@ufpe.br) e telefone: (81) 2126-3023.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 2.1.1.3. O custo Máximo estimado da contratação é de Valor Global: R\$3.498.695,28 (três milhões quatrocentos e noventa e oito mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos).

Recife, 24 de outubro de 2023.

Carlos Vitor da Silva Sarmento  
SIAPE 1829515  
Diretoria de Manutenção e Conservação - DMC/SINFRA

Daniela Lira Tavares  
SIAPE 2085433  
Coordenação Administrativa e Financeira - CAF/DA/SINFRA



## DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23076.059849/2019-20.

Em atendimento ao recomendado pelo Tribunal de Contas da União, mediante *Acórdão nº 963/2011-2ª Câmara, item 9.2.1*, DELIBERO pela não aceitação de: (i) entidades empresariais reunidas em consórcio visando à participação no certame convocatório sob a justificativa de que o objeto convocado não apresenta grande vulto, nem alta complexidade técnica, não se maculando, portanto, a competitividade do certame; e (ii) sociedades cooperativas, considerando que os serviços a serem contratados implicam em tarefas que não são passíveis de execução com autonomia por cooperados, exigindo relação de subordinação e habitualidade.

Nos termos do *artigo 41, caput e § 2º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017*, INDICO os servidores elencados no item 8 deste TERMO DE REFERÊNCIA para exercerem as funções ali indicadas. Os servidores que substituirão os titulares, nas ocasiões previstas no *§ 1º do art. 42 da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017*, são os indicados acima para as respectivas funções, aos quais deverá ser dado ciência pelo setor demandante, responsável por sua indicação.

DECLARO que os dados da dotação orçamentária que atenderá as despesas oriundas da contratação almejada serão especificados em formulário específico, a ser expedido pela Diretoria de Orçamento – DORC da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN, devendo ser juntado ao processo administrativo a que se refere este Termo de Referência.

DECLARO, ainda, que as despesas que porventura ultrapassem o exercício em que ocorra a contratação, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

Isto posto, nos termos do *artigo 9º do §1º do Decreto n. 5.450, de 2005*, APROVO, como ordenador de despesa, este Termo de Referência, indicando como elementos técnicos fundamentais que o apoiam e necessários a orientar a elaboração do instrumento convocatório e do Termo Contratual, os anexos a seguir elencados:

- Anexo I – Valor Máximo Aceitável
- Anexo II – Especificação Técnica do serviço
- Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado
- Anexo IV – Modelo de Ordem de Serviço
- Anexo V a) – Modelo de Atestado de Vistoria
- Anexo V b) – Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto
- Anexo VI – Estudos Preliminares
- Anexo VII – Endereço das Edificações da UFPE
- Anexo VIII – Modelo de Proposta
- Anexo IX – Planilha de composição de BDI Máximo Aplicável

Recife, 24 de outubro de 2023.

Paulo Alison Sousa Pessoa  
SIAPE 1724595  
Superintendente de Infraestrutura

Autorizo

Alfredo Macedo Gomes  
Reitor da Universidade Federal de Pernambuco

**ANEXO I**  
**VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL**

Grupo	Item	Especificação do serviço	Unidade	Quant.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (Com BDI)	VALOR GLOBAL MÁXIMO (Com BDI)	VALOR ESTIMADO POR GRUPO
1	1	ASSENTAMENTO DE CERÂMICA - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA TIPO A, 34X34CM, LISA.	M² (metro quadrado)	6000	R\$ 77,67	R\$ 466.020,00	R\$ 2.096.835,60
	2	ASSENTAMENTO DE AZULEJOS - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE AZULEJOS 15X15CM, LISO (REF ORSE 1912)	M² (metro quadrado)	4000	R\$ 73,60	R\$ 294.400,00	
	3	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M² (metro quadrado)	1000	R\$ 3,98	R\$ 3.980,00	
	4	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M² (metro quadrado)	5000	R\$ 27,18	R\$ 135.900,00	
	5	DEMOLIÇÃO DE PISO VINÍLICO (REF ORSE 35)	M² (metro quadrado)	2500	R\$ 7,87	R\$ 19.675,00	
	8	EXECUÇÃO DE CONTRAPISO (LASTRO DE CONCRETO)	M² (metro quadrado)	100	R\$ 39,24	R\$ 3.924,00	
	9	EXECUÇÃO DE EMBOÇO PAULISTA - TRAÇO 1:2:8 CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA	M² (metro quadrado)	1000	R\$ 60,55	R\$ 60.550,00	
	10	EXECUÇÃO DE PISO VINÍLICO - PLACAS DE 30X30CM COM ESPESSURA DE 2MM (REF SINAPI 101727)	M² (metro quadrado)	5000	R\$ 174,85	R\$ 874.250,00	
	11	RODAPE EM GRANITO, ALTURA 10 CM. AF_09/2020	Unidade	60	R\$ 103,48	R\$ 6.208,80	
	12	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	Unidade	60	R\$ 146,53	R\$ 8.791,80	

	13	EXECUÇÃO PISO CIMENTADO - TRAÇO 1:3 CIMENTO E AREIA, LISO E DESEMPENADO.	M² (metro quadrado)	1600	R\$ 68,36	R\$ 109.376,00	
	14	EXECUÇÃO PISO GRANILÍTICO - PISO TIPO GRANILITE COM BASE EM ARGAMASSA COMPOSTA, COR CINZA CLARO, ESPESSURA DE 8MM. JUNTAS PLÁSTICAS EM POLIESTIRENO NA COR CINZA CLARO.	M² (metro quadrado)	1000	R\$ 113,76	R\$ 113.760,00	
2	6	DESMONTAGEM DE DIVISÓRIA (REF ORSE 11390)	M² (metro quadrado)	1500	R\$ 23,38	R\$ 35.070,00	R\$ 571.254,68
	7	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL.	M² (metro quadrado)	378	R\$ 11,06	R\$ 4.180,68	
	15	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS, DO TIPO EUCATEX OU SIMILAR, COM MONTANTES EM AÇO - PAINEL / PAINEL.	M² (metro quadrado)	2000	R\$ 123,36	R\$ 246.720,00	
	16	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS, DO TIPO EUCATEX OU SIMILAR, COM MONTANTES EM AÇO - PAINEL / VIDRO / PAINEL.	M² (metro quadrado)	1000	R\$ 160,36	R\$ 160.360,00	
	17	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PORTAS EM DIVISÓRIA, DO TIPO EUCATEX OU SIMILAR MEDINDO 0.90M X 2.10M, COM PERFIL E GRADE EM AÇO POR TODO O PERÍMETRO INCLUSIVE FECHADURAS, DOBRADIÇAS, COM VISOR EM VIDRO LISO TRANSPARENTE (0,60 X 0,80M) E DEMAIS COMPONENTES QUE PERMITAM O PERFEITO FUNCIONAMENTO DESTES ELEMENTOS.	Unidade	200	R\$ 624,62	R\$ 124.924,00	
3	24	FORRO DE GESSO LISO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE GESSO LISO COM PLACAS EM GESSO DE 60 X 60 CM, COM ENCAIXE "MACHO E FÊMEA", FIXADAS ATRAVÉS DE ARAME GALVANIZADO.	M² (metro quadrado)	2000	R\$ 45,28	R\$ 90.560,00	R\$ 517.965,00

	25	FORRO DE GESSO REMOVÍVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO EM GESSO ACARTONADO, DE 62,5 X 62,5 CM X 12,5MM, APOIADAS EM ESTRUTURA METÁLICA EM PERFIS TIPO "T" SUSPENSOS POR PENDURAS RÍGIDOS, SISTEMA TIPO DRY WALL.	M² (metro quadrado)	1000	R\$ 114,33	R\$ 114.330,00	
	26	FORRO DE LÂMINAS DE PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM LÂMINAS CONTÍNUAS DE PVC DE 200 MM X 6000 MM, COM ESPESSURA DE 8 MM, NA COR BRANCA, SUSPENSO E PRESO A COBERTA ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA METÁLICA SUPLEMENTAR.	M² (metro quadrado)	2000	R\$ 88,38	R\$ 176.760,00	
	27	FORRO MINERAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EM PLACAS DE 625X625MM OU DE 625 MM X 1250 MM, COM ESPESSURA DE 15 MM, NA COR BRANCA, LISO SUSPENSO E PRESO A COBERTA ATRAVÉS DE UMA ESTRUTURA METÁLICA SUPLEMENTAR. (REF SINAPI 96115)	M² (metro quadrado)	1000	R\$ 126,96	R\$ 126.960,00	
	29	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M² (metro quadrado)	1000	R\$ 5,98	R\$ 5.980,00	
	30	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M² (metro quadrado)	1500	R\$ 2,25	R\$ 3.375,00	
4	18	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE VIDRO TEMPERADO DE 8MM INCOLOR, ACABAMENTO DE BORDA SIMPLES SEM FERRAGENS, APLICADO EM MOLDURAS PRÉ-EXISTENTE - 1 M²	Unidade	200	R\$ 488,29	R\$ 97.658,00	R\$ 246.678,00
	19	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DOBRADIÇA INFERIOR PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO (REF CPOS/CDHU 28.20.220)	Unidade	25	R\$ 140,60	R\$ 3.515,00	

	20	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DOBRADIÇA SUPERIOR PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO (REF CPOS/CDHU 28.20.230)	Unidade	25	R\$ 98,74	R\$ 2.468,50	
	21	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE CENTRO PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO (REF CPOS/CDHU 28.20.600)	Unidade	50	R\$ 279,20	R\$ 13.960,00	
	22	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOLA HIDRÁULICA DE PISO PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO	Unidade	100	R\$ 1.193,98	R\$ 119.398,00	
	23	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PUXADOR CROMADO TIPO H PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO (REF ORSE 9733)	Unidade	50	R\$ 193,57	R\$ 9.678,50	
	28	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA	M³ (metro cúbico)	200	R\$ 329,81	R\$ 65.962,00	R\$ 65.962,00

## ANEXO II

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

#### GRUPO 1 - SERVIÇO DE REVESTIMENTO

##### ITEM 1 – ASSENTAMENTO DE CERÂMICA

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Piso em ladrilho de cerâmica. Revestimento cerâmico esmaltado, dimensão nominal 34x34cm, na cor indicada e com acabamento acetinado, PEI maior ou igual a 4 - tipo "A", fabricado de acordo com as especificações da NBR 13818, assentadas com argamassa flexível pré-fabricada AC I em áreas internas e AC II em áreas externas e rejuntada com rejunte flexível (argamassa para rejuntamento) Cinza Platina com juntas de 4mm ou de acordo com as necessidades da UFPE, tanto no que se refere à marca, como, ao tipo e dimensões e, salvo expressa indicação, serão de primeira qualidade do fabricante. O assentamento será feito de modo a manter o perfeito alinhamento das juntas, as quais terão a espessura mínima compatível com a estabilidade deste revestimento, quanto à possibilidade de desagregação por cisalhamento. Mantendo-se o padrão das dimensões das placas cerâmicas aplacadas. O assentamento será sobre superfícies previamente preparadas com argamassa de cimento e areia ao traço volumétrico de 1: 5 em camada destinada a proporcionar perfeita regularização de todo o piso. A regularização deverá ser executada com pequeno declive nas áreas molhadas, de modo a assegurar o fácil escoamento das águas de lavagem.

**CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:** O serviço de assentamento de piso cerâmico será pago por m<sup>2</sup> efetivamente executado.

##### ITEM 2 – ASSENTAMENTO DE AZULEJOS

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os azulejos serão os previstos no projeto, quando não indicados serão azulejos esmaltados, formato quadrado, tamanho 15x15 cm, na cor indicada, classe "A". Os azulejos serão assentados com argamassa flexível pré-fabricada AC I (Fabricada de acordo com a NBR 14.081) e serão rejuntados com rejunte flexível colorido. A argamassa deverá ser distribuída em toda a contra face sobre as superfícies previamente preparadas, emboço, salvo quando existir recomendação em contrário dos fabricantes. Será observado que o referido revestimento se iniciará acima do nível dos pisos prontos e terá altura que for determinada no projeto arquitetônico fornecido. Quando do piso a teto, o trincho ficará junto ao piso. Além de ser exigida com rigor, uma perfeita coplanariedade no conjunto de todas as pedras assentadas, deverá ser observado também o mais perfeito nivelamento em fiadas consecutivas, fazendo-se coincidências de juntas verticais. Os azulejos a serem cortados ou furados, para passagem de canos, torneira e outros elementos de instalações não deverão apresentar quaisquer rachaduras ou emendas. Os furos terão diâmetros sempre inferiores às canoplas das torneiras, chuveiros, etc.

**CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:** O serviço de assentamento de azulejo será pago por metro quadrado executado.

**Observação:** No assentamento das cerâmicas ou azulejos será preciso manter entre eles juntas com largura suficiente para que haja perfeita infiltração da pasta de rejuntamento argamassa pré- fabricada para juntas e para que o revestimento de

azulejo tenha relativo poder de acomodação às movimentações da parede e/ou da própria cola especial.

### ITENS 3,4e 5 – DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS,DE PISO VINÍLICO e DE AZULEJO OU REVESTIMENTO CERÂMICO .

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Retirada do piso vinílico existente nas áreas onde se verifique trincas, ranhuras e onde não haja mais a possibilidade de encerar devido ao desgaste provocado pelo tempo; deve-se retirar as placas e fazer a posterior regularização do piso através da aplicação de ponal. Nas áreas onde se verifica que o nível do piso cerâmico existente ficará abaixo do piso acabado adjacente, e onde há peças trincadas, quebradas ou mal colocadas, deverá ser feita a demolição que permita a recomposição posterior, seja somente o assentamento de peças novas, seja o acréscimo de altura de contrapiso. Os entulhos provenientes da retirada deverão ser imediatamente removidos aos locais especificados pela FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: A medição será por metro quadrado de material retirado.

### ITEM 8 – Execução CONTRAPISO (LASTRO DE CONCRETO)

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Cobrindo toda área compreendida entre as cintas, após a execução do aterro do caixão, será corrida uma camada de concreto desmoldado, traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia grossa e brita), com espessura de 0,05m. A mesma só poderá ser lançada depois de assentada todas as canalizações que eventualmente passam sob o piso. O cimento utilizado deverá ser Portland Composto tipo CP II – Z ou CP II - F (NBR 16697 - 2018).

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O contrapiso cimentado será pago por m<sup>2</sup> efetivamente executado.

### ITEM 9 – EXECUÇÃO DE EMBOÇO PAULISTA

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Com as superfícies limpas e isentas de partículas soltas e suficientemente molhadas com brocha, aplicar-se-á o emboço paulista ou massa única no traço de 1:2:8, com espessura de 20 milímetros, de cimento, cal hidratada e areia fina peneirada. Os emboços serão desempenados com régua e desempenadeira de aço. O acabamento final será a feltro e/ou esponja.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O emboço será pago por m<sup>2</sup> efetivamente executado.

### ITEM 10 – EXECUÇÃO DE PISO VINÍLICO

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Piso tipo vinílico com espessura de 2mm, medindo no mínimo 30x30cm, com cores claras a critério da UFPE. Serão colocados sobre cimento no traço de 1: 5 de cimento e areia lavada desempenado, com cola especificada pelo fabricante do piso, devendo resultar em acabamento perfeito, com juntas alinhadas e sem folgas.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O piso vinílico será pago por m<sup>2</sup> efetivamente executado.

### ITEM 11 e 12 – EXECUÇÃO DE SOLEIRAS E RODAPÉS

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a execução de tal serviço, será observado a especificação e padrão referente a execução do piso em lençol de granito. RODAPÉ: Os ambientes que tiverem pisos em granito revestimento de parede em massa única e pintura receberão rodapé em granito semelhante ao piso em lençol de granito. Serão constituídos de peças moldadas ou fundidas no local, executadas com o cimento indicado e pedrisco na cor indicada, na proporção volumétrica de 1: 2 e altura de 10 cm. SOLEIRAS: Serão em granito, com largura de 15 centímetros e espessura de 2mm.

A unidade de rodapé e soleira deve ser considerada com 1 metro linear cada.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: As soleiras e rodapés serão pagos por metro linear efetivamente executado.

## ITEM 13 – EXECUÇÃO DE PISO CIMENTADO

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Piso cimentado na cor cinza. Estes pisos serão executados em argamassa de cimento e areia peneirada ao traço volumétrico 1:3 com acabamento a pó ou gorda de cimento alisado à colher. O cimento utilizado deverá ser Portland Composto tipo CP II – Z ou CP II - F (NBR 16697 - 2018). Na execução do piso deverá ser previsto um pequeno declive, para local apropriado, destinado a facilitar o escoamento das águas de lavagem. Salvo indicação expressa em contrário, serão exigidas juntas de vidro no mínimo de 3mm de espessura e cujo espaçamento deverá ser compatível com a área total do piso não se admitindo quadros com dimensões superiores a 1m<sup>2</sup>. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O piso cimentado será pago por m<sup>2</sup> efetivamente executado.

## ITEM 14 – EXECUÇÃO DE PISO GRANILÍTICO

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do piso acima referido será em quadros com dimensões de 1,00m x 1,00m. Todos os quadros, antes do enchimento, serão previamente limitados por juntas de dilatação em PVC de 17mm x 2mm no mais perfeito alinhamento e esquadro. A argamassa de granito será constituída por cimento, sempre da mesma marca, e pedrisco na cor indicada, na proporção volumétrica de 1:2 O seu espalhamento será em camada com espessura mínima de 17 mm, sobre superfícies previamente preparadas com argamassa de cimento e areia ao traço volumétrico de 1: 5 em camada destinada a proporcionar perfeita regularização de todo o piso. A regularização deverá ser executada com pequeno declive nas áreas molhadas, de modo a assegurar o fácil escoamento das águas de lavagem.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço de execução de piso granilítico será pago por m<sup>2</sup> efetivamente executado.

## GRUPO 02 – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIA

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DO LOTE

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar paredes divisórias removíveis, estruturado por perfis de aço e painéis revestidos por chapas duras de fibra de madeira. Os painéis deverão ter o miolo de material incombustível e os perfis deverão ser fabricados com chapas de aço ABNT 1008/1010, zincados, e pintados em epóxi pó por eletrodeposição, com camada mínima de 60 micra. As portas e outras peças móveis deverão ser constituídas dos mesmos materiais dos painéis divisórias e as ferragens deverão ser de latão cromado fosco, referência “La Fonte” ou equivalente, com fechaduras de cilindro e dobradiças em aço cromado. O acabamento dos painéis será em laminado melamínico na cor Areia Jundiá e a pintura dos perfis será



eletrostática na cor preta, os vidros, quanto previstos, deverão ser do tipo plano liso, incolor, com espessura de 4mm. Os serviços deverão ser realizados obedecendo, estrita e integralmente o projeto executivo de arquitetura. A contratada deverá confirmar as medidas na obra e apresentar para aprovação da fiscalização um plano de montagem, com o corte dos painéis e a sua disposição final, bem como a relação dos acessórios que serão utilizados na montagem, com suas especificações. A aprovação por parte da fiscalização desse plano de montagem, não desobriga a contratada de sua plena responsabilidade com relação à perfeita execução dos serviços e à entrega dos mesmos de forma completa, sem falha ou omissões que venham a prejudicar a qualidade exigida dos serviços. A mão de obra empregada deverá ser de primeira qualidade, devendo os acabamentos, tolerância e ajustes serem fielmente respeitados, sendo de responsabilidade da contratada a instalação das divisórias, com mata juntas, arremates, complementos, etc. A montagem das divisórias deverá obedecer rigorosamente ao “layout” estabelecido no Projeto Arquitetônico incluindo acessórios e ferragens necessários para a correta instalação. Com saque independente de cada um dos painéis pelo lado frontal, permitindo total flexibilidade de montagem e desmontagem. Deverão se constituir em elementos autoportantes, não necessitando de estruturas suplementares para sua sustentação.

#### ITEM 6 – DESMONTAGEM DE DIVISÓRIAS

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá executar a desmontagem de divisórias acústicas nos locais indicados pela FISCALIZAÇÃO, tomando-se todo cuidado necessário para o posterior reaproveitamento. A contratada deverá ter bastante zelo quando da guarda dos materiais e peças (parafusos, porcas, arruelas, conexões e outros), devendo armazená-los em local coberto, seco e seguro, a ser definido pela FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: A medição será por metro quadrado de divisória desmontada.

#### ITEM 7 – REMOÇÃO DE PORTAS

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA providenciará a retirada de folhas de portas de madeira ou metal, inclusive forras (batentes). O serviço deverá ser executado tendo em vista o reaproveitamento das portas e forras (batente). Os entulhos provenientes da retirada deverão ser imediatamente removidos aos locais especificados pela FISCALIZAÇÃO. A medição será por metro quadrado de folha de porta retirada.

#### ITEM 15 – FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS EM FIBRA DE MADEIRA, DO TIPO EUCATEX OU EQUIVALENTE, COM MONTANTES EM AÇO – PAINEL/PAINEL.

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Fornecer e instalar painéis em divisória removível do tipo Eucatex ou equivalente, na cor Areia Jundiá, de 40mm com Painel / Painel estruturado com perfis de aço ABNT 1008/1010, zincados, e pintados em epóxi pó por eletrodeposição, com camada mínima de 60 micra, na cor preta.

#### ITEM 16 – FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS EM FIBRA DE MADEIRA, DO TIPO EUCATEX OU EQUIVALENTE, COM MONTANTES EM AÇO – PAINEL/VIDRO / PAINEL. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Fornecer e instalar painéis em divisória removível do tipo Eucatex ou equivalente, na cor Areia Jundiá, de 40 mm com Painel / VIDRO / Painel estruturado com perfis de aço ABNT

1008/1010, zincados, e pintados em epóxi pó por eletrodeposição, com camada mínima de 60 micra, na cor preta. O vidro deverá ser de 4mm.

ITEM 17 – FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PORTAS EM DIVISÓRIA DE FIBRA DE MADEIRA, DO TIPO EUCATEX OU EQUIVALENTE, COM PERFIL E GRADIL EM AÇO POR TODO O PERÍMETRO INCLUSIVE VISOR EM VIDRO LISO TRANSPARENTE.

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Fornecer e instalar PORTAS em divisória removível de fibra de madeira, do tipo Eucatex ou equivalente, na cor Areia Jundiá, de 40mm com VÃO LIVRE DE 90CM, estruturado com perfis e gradil de aço ABNT 1008/1010, zincados, e pintados em epóxi pó por eletrodeposição, com camada mínima de 60 micra, na cor preta, inclusive fechaduras, dobradiças, VISOR EM VIDRO LISO TRANSPARENTE (0,60 X 0,80m) e demais componentes que permitam o perfeito funcionamento deste elemento. As portas serão pagas por unidade instalada.

### GRUPO 3 - SERVIÇO DE FORRO

ITEM 24 – FORRO DE GESSO LISO

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Forro constituído por placas de gesso, fabricação KNAUF ou similar, suspensas por tirantes de arame galvanizado fixados à laje. Processo Executivo: Fixação dos tirantes à laje, por pinos projetados por carga explosiva ou aparafusados. As placas serão nervuradas cruzadas no anverso, para reforço. Sustentação por meio de presilhas ou perfis de alumínio, aparentes ou não. Haverá junta de dilatação perimetral de 3 cm de espessura, no caso de forros lisos, rejuntados.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: A medição será por metro quadrado de forro de gesso executado.

ITEM 25 - FORRO DE GESSO REMOVÍVEL

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Forro suspenso removível em placas de gesso estruturado de ambos os lados com cartão, acabamento em uma das faces com película de PVC (0,135g/m<sup>2</sup>) padrão Linho, dimensões de 625 x 625 x 16 mm. Ref. Forro Gyprex, de fabricação PLACO DO BRASIL ou similar. Suspenso através de tirantes metálicos rígidos rosqueados e perfis do tipo "T". Perfis de arremate de perímetro em forma de "L". Ambos na cor branca, em aço galvanizado com pintura eletrostática. Não será aceito o uso de arame de qualquer tipo para fixação dos perfis do forro. As placas deverão ter estabilidade e peso próprio para dispensar o uso de presilhas de fixação e assim permitir fácil remoção permitindo o rápido acesso às instalações presentes no entre forro. Processo Executivo: Todo o forro existente, nos locais a serem instalados o novo forro, deverá ser previamente removido, assim como seus suportes. Em função da utilização do forro em edificações distintas que se encontram interligadas, a altura do nível do forro deverá estar uniformizado em 2,50 m do piso, quando couber, havendo exceções para locais em que o pé direito é suficientemente alto, atentando-se para a transição entre as edificações onde não poderão apresentar desníveis ou descontinuidades. Os tirantes rígidos de sustentação deverão ser fixados ao teto através de carga explosiva ou aparafusados. Os perfis serão montados formando módulos retangulares. Onde houver necessidade de recortes deverão receber perfis de arremate. O preenchimento dos módulos deverá ser feito através de placas apoiadas. A medição será por metro quadrado de forro de

gesso executado.

#### ITEM 26 – FORRO DE PVC

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

O forro em réguas de PVC será do tipo perfil extrudado auto-extinguível, com réguas de 20 cm de largura útil por 8 a 10 mm de espessura, perfil de 200 mm na cor branca, liso ou frisado, ou conforme padrão existente, marcas BCF, TIGRE, FORTPLAST, PETROLL ou MEDABIL, dotado de todos os acessórios, como arremates, cantoneiras, etc., e que poderá ser fixado em estrutura de metalon (gradeamento) suspenso na estrutura de concreto armado em estrutura de metalon galvanizado ou zincado chapa 18 ou de acordo com recomendações do fabricante. Nas partes horizontais, o forro deverá ser nivelado ou conforme projeto. Os arremates das réguas junto as paredes deverão ser perfeitos, sem gretas ou aberturas, sendo as linhas de coincidência perfeitamente alinhadas e niveladas. Os serviços de fornecimento e instalação do forro suspenso deverão ser executados, conforme orientação do fabricante, e depois de terminada a pintura das paredes. Nos locais onde existam instalações elétricas, hidráulicas ou outros serviços, etc. acima do forro, o mesmo só poderá ser executado, depois de vistoriadas, aprovadas e testadas estas instalações ou estes serviços. Na entrega final das obras o forro deverá estar limpo. A medição será por metro quadrado de forro de PVC executado.

#### ITEM 27 – FORRO MINERAL

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

As placas deverão ser fabricadas a partir de fibras minerais com componentes naturais, como rocha, admitindo-se em sua constituição a lã mineral, a perlita e a argila. As presentes especificações determinam um padrão mínimo de qualidade a ser atingido, sendo aceitos, portanto, produtos e materiais considerados e comprovadamente equivalentes ou superiores. O forro será colocado sob laje de concreto, O forro de fibra mineral será sustentado por perfil metálico tipo “T”, devendo a estrutura obedecer às recomendações do fabricante. A aplicação das placas será iniciada em um dos cantos, priorizando as áreas de expediente. O arremate dos cantos será feito conforme orientação do fabricante e os cortes necessários deverão ser efetuados com cuidado e alinhados, de forma a evitar a danificação das arestas das placas, bem como a visualização de frestas que marquem o forro. A medição será por metro quadrado de forro mineral executado.

#### ITENS 29 e 30- REMOÇÃO DE FORRO

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA providenciará a demolição do forro de gesso, gesso acartonado e pvc existente na área. Os entulhos provenientes da demolição deverão ser imediatamente removidos aos locais especificados pela FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: A medição será por metro quadrado de forro demolido.

#### GRUPO 04 – SERVIÇO DE VIDRO E ACESSÓRIOS

#### ITEM 18 – FORNECIMENTO DE VIDRO TEMPERADO DE 8MM INCOLOR

##### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS - 1 M²

Fornecer peças em vidro temperado de 8mm incolor acabamento de borda simples com ferragens (puxador, mola, dobradiças, etc.) e aplicá-lo em molduras pré-existentes. O

serviço será considerado executado após o perfeito encaixe nas molduras existentes. A contratada deverá assentar os vidros temperados com silicone incolor, cola ou massa plástica.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: Unidade de vidro assentado.

Para os demais itens do grupo 4, seguir as orientações de montagem do fabricante.

## REMOÇÃO DE ENTULHO

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DO ITEM

ITEM 28 - Fazer a carga e o transporte dos entulhos provenientes dos serviços de remoção e demolição executados (dentre eles os de portas, divisórias, forros e pisos) até as caçambas estacionárias que devem ser locadas pela CONTRATADA, dando a devida destinação aos resíduos.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: metro cúbico de entulho transportado e recolhido pela caçamba.

## ANEXO III

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

#### 1. DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços de Revestimentos, Forros, Divisórias e Vidros, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Edital, do contrato e de seus demais anexos.

#### INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO.

Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de cinco indicadores de qualidade:

- Prazo para atendimento inicial da Ordem de Serviço;
- Limpeza do local no final do atendimento da Ordem de Serviço;
- Utilização de material impróprio ou inadequado;
- Tempo para solução da Ordem de Serviço;
- Falta ou não utilização de EPI ou EPC adequado;

3.1. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

3.1.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

3.1.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

3.2. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 - PRAZO PARA ATENDIMENTO INICIAL DA ORDEM DE SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Manter as condições satisfatórias de execução do serviço e proporcionar celeridade nos atendimentos.
Meta a cumprir	O tempo máximo para atendimento da Ordem de Serviço é de 24h
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências ou Análise de relatório com
	Ordem de Serviço não atendidas no tempo previsto.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Diário, com aferição mensal do resultado de acordo com a Ordem de Serviço.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de dias de atraso, a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada
Início de Vigência	A partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Ocorrências em dias de atraso:</p> <p>Sem ocorrências = 20 Pontos</p> <p>1 ocorrência = 19 Pontos</p> <p>2 ocorrências = 18 Pontos</p> <p>3 ocorrências = 16 Pontos</p> <p>4 ocorrências = 14 Pontos</p> <p>5 ocorrências = 12 Pontos</p> <p>6 ocorrências = 9 Pontos</p> <p>7 ocorrências = 6 Pontos</p> <p>8 ocorrências = 3 Pontos</p> <p>9 ocorrências ou mais = 0 Pontos</p>
Sanções	Para o caso de nove ou mais ocorrências em dias de atraso do início do serviço, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência
	da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais
	situações.

OBSERVAÇÕES	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas
	pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução
	definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo, o que
	será levado em conta pela fiscalização nesta análise quando for o
	caso.

## INDICADOR 2 – LIMPEZA DO LOCAL NO FINAL DO ATENDIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Manter os ambientes limpos adequadamente ao final do
	atendimento
Meta a cumprir	Limpeza da área de trabalho indicado na Ordem de Serviço
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de	Pessoal. Pelo fiscal técnico do contrato através de
acompanhamento	livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado de acordo com a Ordem de Serviço.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de Ocorrências na Ordem de Serviço
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Ocorrências: (Percentual)
	Sem ocorrências (Percentual = 0) → 20 Pontos.
	(0 % < Percentual ≤ 1,0%) → 14 pontos.
	(1% < Percentual ≤ 2,5%) → 7 Pontos
	(2,5% < Percentual ≤ 5,0%) → 0 Pontos
Sanções	Para os casos que se enquadrarem na faixa (2,5% < Percentual ≤
	5,0%), a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da
	solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações

INDICADOR 3 – UTILIZAÇÃO DE MATERIAL IMPRÓPRIO OU INADEQUADO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os materiais utilizados nos serviços sejam de boa qualidade e procedência.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências, por meio de documentos fiscais dos materiais entregues/recebidos.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Diário, com aferição mensal do resultado de acordo com a Ordem de Serviço.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de Ocorrências na Ordem de Serviço
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos.
	1 ocorrência = 10 pontos.
	2 ocorrências = 5 Pontos
	3 ocorrências = 1 Pontos
	4 ocorrências ou mais = 0 Pontos
Sanções	Para o caso de quatro ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.

INDICADOR 4 – TEMPO PARA SOLUÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Manter as condições satisfatórias de execução do serviço, de acordo com o prazo solução do atendimento estabelecido na Ordem de Serviço



Meta a cumprir	Sem ocorrências, obedecendo os prazos estipulados nas Ordens de Serviço.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências ou Análise de relatório com
	Ordem de Serviço não atendidas no tempo previsto.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de	Semanal, com aferição mensal do resultado de acordo com a Ordem
levantamento / aferição	de Serviço.
do indicador	
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de dias de atraso, a partir do prazo de conclusão do atendimento, determinado na Ordem de Serviço
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no	Ocorrências em dias de atraso:
pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos.
	$(1 \leq \text{Ocorrência} \leq 2) \rightarrow 18$ pontos.
	$(3 \leq \text{Ocorrência} \leq 4) \rightarrow 16$ pontos. $(5 \leq \text{Ocorrência} \leq 6) \rightarrow 14$ pontos $(7 \leq \text{Ocorrência} \leq 8) \rightarrow 12$ pontos $(9 \leq \text{Ocorrência} \leq 10) \rightarrow 9$ pontos $(11 \leq \text{Ocorrência} \leq 11) \rightarrow 6$ pontos $(13 \leq \text{Ocorrência} \leq 14) \rightarrow 3$ pontos
	$(\text{Ocorrência} > 14) \rightarrow 0$ Pontos
Sanções	Para os casos que se enquadrarem na situação (Ocorrência em dias de atraso >14), a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a
	pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais
	previstas para tais situações.
OBSERVAÇÕES	1. O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo, caso

	<p>que será levado em conta pela fiscalização nesta análise de caso a caso;</p> <p>2. Com efeito, a não realização de determinado serviço por razões alheias à vontade da empresa como sala fechada que impede a entrada da equipe para o fazimento do serviço, ausência de materiais e situações similares, pelas quais a empresa recorrerá de imediato à fiscalização técnica ou gestão a fim de que a mesma não seja penalizada, o que também será analisado pela fiscalização.</p>
--	--

INDICADOR 5 – FALTA OU NÃO UTILIZAÇÃO DE EPI OU EPC ADEQUADO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas a segurança do trabalho
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Diário, com aferição mensal do resultado de acordo com a Ordem de Serviço.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de Ocorrências na Ordem de Serviço
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos.
	1 ocorrência = 15 pontos.
	2 ocorrências = 10 Pontos
	3 ocorrências = 5 Pontos 4 ocorrências = 2 Pontos
	5 ocorrências ou mais = 0 Pontos
Sanções	Para o caso de cinco ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão

	do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das
	sanções legais previstas para tais situações.

#### 4. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

4.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência na Ordem de Serviço aberta, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

4.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$$\text{PONTUAÇÃO TOTAL} = \sum [(\text{Total para o Indicador 1}) + (\text{Total para o Indicador 2}) + (\text{Total para o Indicador 3}) + (\text{Total para o Indicador 4}) + (\text{Total para o Indicador 5})]$$

4.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto mais multa	*0,90

**\*OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Para uma pontuação abaixo de 50 pontos a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.

Logo:

---

Valor devido por Nota Fiscal= [(Valor mensal previsto)  
x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

## 5. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos Previstos	Avaliação
1 - PRAZO PARA ATENDIMENTO INICIAL DA ORDEM DE SERVIÇO	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	19	
	2 ocorrências	18	
	3 ocorrências	16	
	4 ocorrências	14	
	5 ocorrências	12	
	6 ocorrências	9	
	7 ocorrências	6	
	8 ocorrências	3	
	9 ocorrências ou mais	0	
2 - LIMPEZA DO LOCAL NO FINAL DO ATENDIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO	Sem ocorrências	20	
	(0 % < Percentual ≤ 1,0%)	14	
	(1% < Percentual ≤ 2,5%)	7	
	(2,5% < Percentual ≤ 5,0%)	0	
3 - UTILIZAÇÃO DE MATERIAL IMPRÓPRIO OU INADEQUADO	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	10	
	2 ocorrências	5	
	3 ocorrências	1	
	4 ocorrências ou mais	0	
4 - TEMPO PARA SOLUÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	Sem ocorrências	20	
	(1 ≤ Ocorrência ≤ 2)	18	
	(3 ≤ Ocorrência ≤ 4)	16	
	(5 ≤ Ocorrência ≤ 6)	14	

	(7 ≤ Ocorrência ≤ 8)	12	
	(9 ≤ Ocorrência ≤ 10)	9	
	(11 ≤ Ocorrência ≤ 11)	6	
	(13 ≤ Ocorrência ≤ 14)	3	
	(Ocorrência > 14)	0	
5 - FALTA OU NÃO UTILIZAÇÃO DE EPI OU EPC ADEQUADO	Sem ocorrência	20	
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	10	
	3 ocorrências	5	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	

## ANEXO – IV

### MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº da OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:        /        /	Serviço:
ARP Nº:                /202_	Processo Nº:

2. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: -fixo:                      -móvel ( <i>whatsApp</i> ):	E-mail:

3. DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS / REMUNERAÇÃO POR HORAS				
Nº Serviço (cf. qd. 3)	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
TOTAIS				

\*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

## 6. DEMAIS DETALHAMENTOS


## 7. DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO

--

## 8. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

## 9. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

<p>Recife, ..... de ..... de 20...</p>	<p>Recife, ..... de ..... de 20...</p>
<hr/> <p>Responsável pela solicitação do serviço</p>	<hr/> <p>Responsável pela avaliação do serviço</p>

ANEXO V – a) do TR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2023

ATESTADO DE VISTORIA

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017)

Atestamos, para os devidos fins, que o Sr.(a). .... R.G. ...., CPF ...., indicado(a) pela licitante, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../202...

Recife, ..... de ..... de 202...

Superintendência de Infraestrutura  
(assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

---

*Representante da licitante*

*Obs.:*

1. A vistoria técnica requer prévio agendamento pelo telefone da Diretoria de Manutenção e Conservação (81) 2126-3023, e poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário.
3. O profissional indicado pela licitante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-lo ao servidor da Superintendência de Infraestrutura.



ANEXO V - b)

Declaração de pleno conhecimento do Objeto, condições da licitação e peculiaridades

Atestamos, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, que a Licitante \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, representada por (representante legal) tem conhecimento do objeto, das condições da licitação, e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Edital e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizara para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras.

Recife,..... de.....de 20\_\_.

---

(REPRESENTANTE LEGAL)

## ANEXO VI

### ESTUDOS PRELIMINARES

## ANEXO VII

### Endereços das Edificações (unidades da UFPE/RECIFE)

ENDEREÇO DOS IMÓVEIS CAMPUS RECIFE
1- Campus Recife Reitor Joaquim Amazonas incluindo Hospital das Clínicas Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cid. Universitária - Recife
Imoveis Fora do Campus Reitos Joaquim Amazonas
2 - DEPART. DE EXTENSÃO CULTURAL - DEC - Rua Benfica, 157 - Madalena - Recife
3 - MEMORIAL DE MEDICINA Rua Amaury de Medeiros, nº 206 - Derby - Recife
4 - FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE - Endereço - Praça Adolfo Cisne, s/n, Boa Vista - Recife
5 - NÚCLEO TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSIT. Endereço - Av. Norte, 68, Santo Amaro. Recife
6 - MEMORIAL DE ENGENHARIA Endereço - Rua do Hospício - 371 - Boa Vista - Recife

## ANEXO VIII

### MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

(em papel timbrado da licitante)

1) OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA para execução de REVESTIMENTOS, FORROS, DIVISÓRIAS E VIDROS para atender ao Campus Recife da UFPE, com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e ferramentas, na quantidade e qualidade necessárias à execução dos serviços, tendo em vista a necessidade demandada pelos diversos Centros e Órgãos Suplementares com a finalidade de manter e conservar o patrimônio e a infraestrutura da UFPE, por registro de preços, mediante pregão eletrônico, tipo menor preço, por grupo, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de referência e seus anexos.

Grupo	Item	Especificação	Unidade	Quant.	Mão de Obra (R\$) [A]	Materiais (R\$) [B]	BDI (R\$) [C]	Valor Unitário (R\$) [A+B+C]	Valor Total R\$

2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA (Soma dos preços totais dos itens, em algarismo e por extenso): R\$ ..... (.....).

3) VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

4) DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

7) DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE:


(Local), ... de ..... de 20.. .


---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, CPF e assinatura)

## ANEXO IX

BDI MÁXIMO ACEITÁVEL


	Universidade Federal de Pernambuco Superintendência de Projetos e Obras Diretoria de Planos e Projetos		
OBRA:			
LOCAL:			
COMPOSIÇÃO DO BDI - NÃO DESONERADO			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	EQUIP. (%)	OBRA (%)
AC	Administração Central	3,45	4,00
R	Riscos	0,85	1,27
SG	Seguros e garantias	0,48	0,80
DF	Despesas Financeiras	0,85	1,23
L	Lucro Bruto	5,11	7,40
I	Impostos	3,65	7,15
	PIS	0,65	0,65
	COFINS	3,00	3,00
	ISS	-	3,50
	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA - CPRB	-	-
FORMULA:	$BDI = ((1+(AC/100+SG/100+R/100))*(1+DF/100)*(1+L/100))/(1-I/100)-1$	15,27%	24,20%

	Universidade Federal de Pernambuco Superintendência de Projetos e Obras Diretoria de Planos e Projetos
OBRA:	
LOCAL:	

COMPOSIÇÃO DO BDI - DESONERADO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	EQUIP. (%)	OBRA (%)
AC	Administração Central	3,45	4,00
R	Riscos	0,85	1,27
SG	Seguros e garantias	0,48	0,80
DF	Despesas Financeiras	0,85	1,23
L	Lucro Bruto	5,11	7,40
I	Impostos	8,15	11,65
	PIS	0,65	0,65
	COFINS	3,00	3,00
	ISS	-	3,50
	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA - CPRB	4,50	4,50
FÓRMULA:	$BDI = ((1 + (AC/100 + SG/100 + R/100)) * (1 + DF/100) * (1 + L/100)) / (1 - I/100) - 1$	20,92%	30,52%



		Universidade Federal de Pernambuco Superintendência de Projetos e Obras Diretoria de Planos e Projetos	
OBRA:			
LOCAL:			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MAO DE OBRA NÃO DESONERADA			
ENCARGOS		HORISTA	MENSALISTA
A.	TOTAL ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80%	36,80%
A.1	INSS	20,00%	20,00%
A.2	SESI	1,50%	1,50%
A.3	SENAI	1,00%	1,00%
A.4	INCRA	0,20%	0,20%
A.5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A.6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A.7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A.8	FGTS	8,00%	8,00%
A.9	SECONCI	0,00%	0,00%
B.	TOTAL DE ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	47,94%	17,61%
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	18,06%	Não incide
B.2	FERIADOS	4,33%	Não incide
B.3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	0,87%	0,66%
B.4	13º SALÁRIO	11,03%	8,33%
B.5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,05%
B.6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74%	0,56%
B.7	DIAS DE CHUVAS	2,23%	Não incide
B.8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11%	0,08%
B.9	FÉRIAS GOZADAS	10,46%	7,90%
B.10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,04%	0,03%
C.	TOTAL DE ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	11,75%	8,90%
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,80%	3,63%
C.2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,11%	0,09%
C.3	FÉRIAS INDENIZADAS	3,49%	2,64%
C.4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,95%	2,23%
C.5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,40%	0,31%
D.	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	18,06%	6,80%
D.1	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B	17,64%	6,48%
D.2	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42%	0,32%
TOTAL (A+B+C+D)		114,55%	70,11%

		Universidade Federal de Pernambuco Superintendência de Projetos e Obras Diretoria de Planos e Projetos	
OBRA:			
LOCAL:			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA DESONERADA			
ENCARGOS		HORISTA	MENSALISTA
A.	TOTAL ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	16,80%	16,80%
A.1	INSS	0,00%	0,00%
A.2	SESI	1,50%	1,50%
A.3	SENAI	1,00%	1,00%
A.4	INCRA	0,20%	0,20%
A.5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A.6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A.7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A.8	FGTS	8,00%	8,00%
A.9	SECONCI	0,00%	0,00%
B.	TOTAL DE ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	47,94%	17,61%
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	18,06%	Não incide
B.2	FERIADOS	4,33%	Não incide
B.3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	0,87%	0,66%
B.4	13º SALÁRIO	11,03%	8,33%
B.5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,05%
B.6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74%	0,56%
B.7	DIAS DE CHUVAS	2,23%	Não incide
B.8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11%	0,08%
B.9	FÉRIAS GOZADAS	10,46%	7,90%
B.10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,04%	0,03%
C.	TOTAL DE ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	11,75%	8,90%
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,80%	3,63%
C.2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,11%	0,09%
C.3	FÉRIAS INDENIZADAS	3,49%	2,64%
C.4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,95%	2,23%
C.5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,40%	0,31%
D.	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	8,45%	3,27%
D.1	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B	8,05%	2,96%
D.2	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,40%	0,31%
TOTAL (A+B+C+D)		84,94%	46,58%